



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

Pregão Eletrônico nº 19/2020

FORNECEDOR:	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI
CNPJ:	75.395.665/0001-40
CONTATO (telefone e e-mail):	Luis Fernando / Dptº de Licitações (43) 3276-0250 licitacao@moveislachi.com.br
LOTE:	01

	SIM	NÃO	NÃO
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário	X		
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores			X
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício			X
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;			X
e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.			X
3. Regularidade fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NÃO
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente			X
4. Regularidade trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação econômico-financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)			X
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
6. Qualificação técnica			
a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote: LOTE 1: 315 mesas de escritório autoportantes e 300 gaveteiros;	X		
b) Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO	X		
7. Outros			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SICAF E CADASTRO NÍVEL 1, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93	X		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 75.395.665/0001-40
Razão Social: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI
Nome Fantasia: ARTE MOVEIS LACHI
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/08/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/12/2020
FGTS	Validade:	07/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	10/07/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/06/2020
Receita Municipal	Validade:	28/05/2020

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/03/2020 (*)



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 75.395.665/0001-40
Razão Social: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI
Nome Fantasia: ARTE MOVEIS LACHI
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/08/2020

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Inscrição Estadual: 6280087791 Inscrição Municipal: 24199-0
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 31/12/1965
CNAE Primário: 3101-2/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA
CNAE Secundário 1: 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS

Dados para Contato

CEP: 86.703-010
Endereço: RUA GUARATINGA, 731 - PARQUE INDUSTRIAL
Município / UF: Arapongas / Paraná
Telefone:
Email:

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 878.370.219-91
Nome: ESMERALDA APARECIDA RODRIGUES LACHI
Carteira de Identidade: 1190606 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 12/12/1973 Data de Nascimento: 07/01/1946
E-mail: licitacao@moveislachi.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 878.370.219-91 Participação Societária: 100,00%
Nome: ESMERALDA APARECIDA RODRIGUES LACHI
Carteira de Identidade: 1190606 Órgão Expedidor: ssp/pr
Data de Expedição: 12/12/1946 Data de Nascimento: 07/01/1946
Filiação Materna: GLORIA RAMOS CAVALHEIRO RODRIGUES
Estado Civil: Viúvo(a)
CEP: 86.700-195
Endereço: RUA IBIS, 600 - CENTRO
Município / UF: Arapongas / Paraná
Telefone: (00) 00000000
Email: licitacao@moveislachi.com.br

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 878.370.219-91
Nome: ESMERALDA APARECIDA RODRIGUES LACHI
Carteira de Identidade: 1190606 Órgão Expedidor: ssp/pr
Data de Expedição: 12/12/1946 Data de Nascimento: 07/01/1946
Filiação Materna: GLORIA RAMOS CAVALHEIRO RODRIGUES
Estado Civil: Viúvo(a)
CEP: 86.700-195
Endereço: RUA IBIS, 600 - CENTRO
Município / UF: Arapongas / Paraná
Telefone: (00) 00000000
Email: licitacao@moveislachi.com.br

Linhas de Fornecimento

Materiais

7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO

7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES

7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS

Serviços

3263 - Transporte Rodoviário - Cargas / Encomendas

24627 - Estudo e Projetos de Dutos Terrestres



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 75.395.665/0001-40
Razão Social: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI
Nome Fantasia: ARTE MOVEIS LACHI
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 75.395.665/0001-40
Razão Social: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI
Nome Fantasia: ARTE MOVEIS LACHI
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 919818 - BOA VISTA ENERGIA S/A
Data Aplicação: 28/11/2008
Número do Processo: 1102008
Descrição/Justificativa: Aplicada multa de R\$ 550,95 por atraso de 15 dias na entrega dos materiais adquiridos através do contrato DASC 110/2008.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 70015 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO
Data Aplicação: 17/01/2012 Valor da Multa: R\$ 78,63
Número do Processo: 11997/2011
Descrição/Justificativa: Aplicação da penalidade de multa por atraso na entrega dos itens adjudicados no Pregão Eletrônico nº 33/2011, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA**
Data Aplicação: **14/03/2013** Valor da Multa: **R\$ 125,61**
Número do Processo: **137.767/2012** Número do Contrato: **20/2011**
Descrição/Justificativa: **Protocolo nº 137.767/2012. Pregão presencial nº 20/2011. NE nº 056000001399-1. Atraso na entrega de materiais. Multa (R\$ 122,42). DJe 990 de 14/11/2012. Recurso administrativo negado em 19/02/2013. AR recebido em 14/03/2013. Arts. 86 e 87 da lei nº 8.666/1993 e 150, 152 e 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007. Multa quitada em 13/05/2013, no valor atualizado de R\$ 125,61. Arts. 86 e 87 da lei nº 8.666/1993 e 150, 152 e 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA**
Data Aplicação: **19/09/2013** Valor da Multa: **R\$ 21,33**
Número do Processo: **137.776/2012** Número do Contrato: **20/2011**
Descrição/Justificativa: **Protocolo nº 137.776/2012. Pregão Presencial nº 20/2011. Atraso na entrega de produtos. NE 05600000101391-1. Multa (R\$ 21,33). DJe 1178 de 04/09/2013. AR recebido em 17/09/2013. Multa quitada em 20/09/2013.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA**
Data Aplicação: **17/09/2013** Valor da Multa: **R\$ 37,13**
Número do Processo: **139.592/2012** Número do Contrato: **20/2011**
Descrição/Justificativa: **Protocolo nº 139.592/2012. Pregão Presencial nº 20/2011. Atraso na entrega de materiais. NE 05600000101424-1. Multa (R\$ 37,13). DJe 1178 de 04/09/2013. AR recebido em 17/09/2013. Multa quitada em 20/09/2013.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA**
Data Aplicação: **19/11/2013** Valor da Multa: **R\$ 279,05**
Número do Processo: **160.639/2013** Número do Contrato: **20/2011**
Descrição/Justificativa: **Protocolo nº 160.639/2013. Pregão Presencial 20/2011. Ata Registro de Preços 25/2011. NE 477-1. DJe 1167, de 20/08/2013. Rec adm negado. DJe 1226, de 11/11/2013. AR recebido em 19.11.2013. Multa de R\$ 279,05. Multa quitada em 05/12/2013.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **510830 - GERENCIA EXECUTIVA JUAZEIRO DO NORTE/CE**
Data Aplicação: **31/01/2007**
Número do Processo: **352040039180601**
Descrição/Justificativa: **NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2007, FOI REGISTRADA A OCORRENCIA, COM A PENALIDADE DE MULTA PREVISTA NO ART. 87, INCISO II, DA LEI 8.666/93, NO VALOR PECUNIARIO DE R\$ 2.002,35 (DOIS MIL, DOIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), DEVIDO AO ATRASO DE 33 (TRINTA E TRÊS) DIAS NO PRAZO DA ENTREGA DA MERCADORIA PREVISTO EM CONTRATO COM A GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **510699 - GERÊNCIA EXECUTIVA CASCAVEL/PR**
Data Aplicação: **26/08/2009**
Número do Processo: **353460000850823**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA DO BEM CONTRATO EM DOIS DIAS. APLICADO MULTA NO VALOR TOTAL DE R\$ 18,60.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS**
Data Aplicação: **27/10/2016** Valor da Multa: **R\$ 49.373,77**
Número do Processo: **53120005565201578** Número do Contrato: **593/2012**
Descrição/Justificativa: **atraso na entrega de bens oriundos da AF 593/23012, cujo objeto era a aquisição de armario alto simples**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG**
Data Aplicação: **31/05/2013** Valor da Multa: **R\$ 6.929,22**
Número do Processo: **6009780/2011**
Descrição/Justificativa: **Penalidade de multa com na cláusula Onze do contrato nº 152/11 e do art 86da Lei 8.666/93.A Empresa efetuou o pagamento da multa**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS**
Data Aplicação: **01/07/2013** Valor da Multa: **R\$ 2.463,27**
Número do Processo: **CT-06541/2013** Número do Contrato: **AF-426/2012**
Descrição/Justificativa: **Referente à carta 06541/2013 -SEGC/GERAD/DR/MG, fornecedor penalizado pela ECT/DR/MG na data de 28/06/2013, devido ao atraso na entrega do armários altos simples constantes da AF -426/2012.**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **90016 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - RJ**
Data Aplicação: **12/11/2010**
Número do Processo: **RJ-EOF-2010/013**
Descrição/Justificativa: **A DIRETORA DA SECRETARIA GERAL APLICOU À EMPRESA A PENALIDADE DE MULTA DIÁRIA PELO ATRASO DE 7 E 12 DIAS, RESPECTIVAMENTE, NA MONTAGEM DO MATERIAL OBJETO DAS NOTAS DE EMPENHO 2009NE001792 E 2010NE00292, NOS TERMOS DOS ITENS 10.2.B E 10.6 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2009 C/C O DISPOSTO NOS ARTIGOS 86 E 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **11/01/2019**
Data Aplicação: **11/01/2019**
Número do Processo: **0008817-86.2018** Número do Contrato: **2018NE001435**
Descrição/Justificativa: **Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, tomando por base o valor global do respectivo material, limitado a 10% (dez) por cento, em razão do atraso injustificado de 31 (trinta e um) dias na entrega dos materiais constantes da nota de empenho 2018NE001435 (0611633), com fulcro no item 19.2, "a", do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2018 (0608398).**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.		
UASG Sancionadora:	70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA		
	Impeditiva:	Não	
Prazo Inicial:	12/03/2019		
Data Aplicação:	12/03/2019		
Número do Processo:	0008817-86.2018	Número do Contrato:	2018NE001165
Descrição/Justificativa:	Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, tomando por base o valor global do respectivo material, limitado a 10% (dez) por cento, em razão do atraso injustificado de 118 (cento e dezoito) dias na entrega dos materiais constantes da nota de empenho 2018NE001165 (0595839), com fulcro no item 19.2, "a", do Edital de Pregão Eletrônico n 40/2018 (0608398).		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 75.395.665/0001-40
Razão Social: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI
Nome Fantasia: ARTE MOVEIS LACHI
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juízo de Direito da Comarca de Arapongas - Paraná



CERTIDÃO

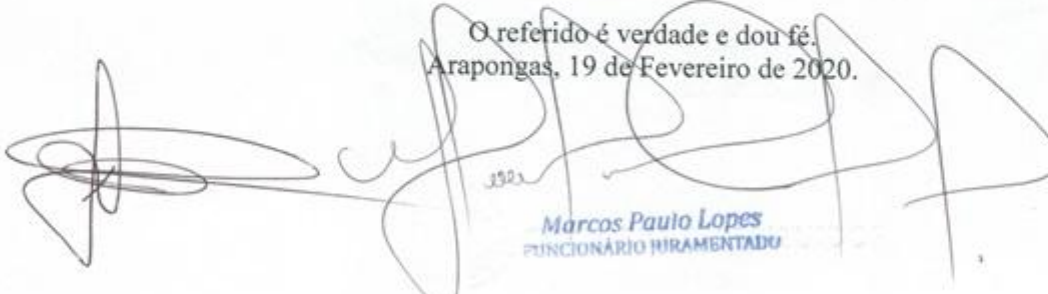
José Maurício Barroso de Pinho Tavares,
Contador, Partidor, Distribuidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial da
Comarca de Arapongas, Estado do Paraná,
em pleno exercício, na forma da lei, etc...

CERTIFICA atendendo pedido verbal de
pessoa interessada que, revendo em seu Cartório, os livros de registros de distribuições
dos feitos que tem o seu curso perante o MM. Juízo de Direito desta Comarca de
Arapongas, Estado do Paraná, neles (livros), verificou **NÃO CONSTAR,**
EXCLUSIVAMENTE, tenha sido registrada qualquer distribuição de *Pedido de*
Falência, Concordata Preventiva ou Recuperação de Empresa
(judicial/extrajudicial) contra a pessoa jurídica **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE**
MÓVEIS LACHI EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 75.395.665/0001-40. **BUSCA**
REFERENTE AOS ÚLTIMOS VINTE ANOS. *****

***** **PARA FINS CIVIS** *****

*Com a ressalva de quaisquer procedimentos, eventualmente, já registrados junto
ao sistema do PROJUDI, contudo, ainda não formalmente registrados, até a
presente data, junto a este setor de Distribuição.

O referido é verdade e dou fé.
Arapongas, 19 de Fevereiro de 2020.

3523

Marcos Paulo Lopes
FUNÇÃO JURAMENTADA



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de habilitação junto a órgãos públicos, autarquias ou entidades privadas, a pedido da interessada, que a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI LTDA EPP** inscrita no **CNPJ 75.395.665/0001-40**, sediada em Arapongas - PR, na rua Guarantiga, nº 731 – Bairro Parque Industrial – CEP 86.703-010, forneceu ao **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** inscrito no CNPJ 21.154.554/0001-13 sediado em Belo Horizonte – MG, Av. Afonso Pena, 1420, Centro, os produtos abaixo:

Descrição	Quantidade
Mesa auxiliar de trabalho ovo	1.200
Mesa de trabalho ovo	5.000
Mesa complementar de trabalho ovo	3.200
Mesa para reunião redonda 1.200mm ovo	250
Mesa complementar de trabalho redonda	400
Gaveteiro volante c/2 gavetas ovo	3.500
Gaveteiro complementar	1.500

Declaramos ainda que a **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI LTDA - EPP** entregou os produtos de forma satisfatória, não existindo, em nossos registros até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2017.


Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços do TJMG
Tel. 31 3249.8011 – E-mail: gecomp@tjmg.jus.br

TJ 4080-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerência de Compra de Bens e Serviços



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Prefeitura Universitária
Av. dos Estados, 5001 • Bairro Santa Terezinha • Santo André - SP
CEP 09210-580 • Fone: (11) 3356-7161
prefeitura@ufabc.edu.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 005/2017

Santo André, 25 de setembro de 2017.

Atestamos, para os devidos fins que a empresa **IND E COM DE MOVEIS LACHI**, inscrita no CNPJ nº 75.395.665/0001-40, Inscrição Estadual nº 62800877-91, sediada à Rua Guaratinga, nº 731, Parque Industrial, Arapongas – PR, CEP: 86.703-010, forneceu à UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC, os produtos, conforme dados abaixo:

ARP nº 004/2016

Pregão nº 133/2015

Produtos:

Quantitativo	Itens
280	Armário alto
74	Estação de trabalho em L
144	Gaveteiro volante c/ 2 gavetas + 1 p/ pasta suspensa
15	Mesa reunião oval 2500mm
05	Mesa reunião oval 1800mm
25	Mesa reunião quadrada
43	Mesa reunião redonda
300	Mesa retangular 1200mm
168	Mesa retangular 1600mm
150	Mesa retangular 1800mm
55	Mesa retangular c/ 2 gavetas
03	Mesa retangular 1400mm
203	Armário baixo

- Notas Fiscais:

- Empenho 2016NE800099: Nº 5.817, 5.879 e 5.892.
- Empenho 2016NE800438: Nº 5.880.
- Empenho: 2016NE800704: Nº 5.920, 5.941, 5.944 e 5.946.

Declaramos ainda que a **IND E COM DE MOVEIS LACHI** forneceu os referidos produtos dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas e de qualidade previstas no contrato, não havendo até o momento presente nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

Walter Ignácio Rosa
Prefeito Universitário



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/SC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 4391655/2017-CPL/SELOG/SR/PF/SC

Processo nº 08490.009893/2017-42

Interessado: IND E COM DE MOVEIS LACHI (CNPJ 75.395.665/0001-40)

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina, com sede à Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Bairro Agrônoma, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0039-09, atesta, conforme o disposto no Art. 30º da Lei 8.666/93, que a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI - EPP, com sede à Rua Guaratinga, 731 - Arapongas - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.395.665/0001-40, forneceu materiais às Superintendências Regionais de Polícia Federal em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e suas Delegacias, nos seguintes termos:

Pregão 05/2016-SR/PF/SC (UG 200370) - Processo nº 08490.300689/2016-82:

Item	Especificação	Un. de Medida	Qntd.	Valot Total
01	ARMARIO ALTO	UNIDADE	302	R\$ 163.076,98
03	ARMARIO ALTO SEMI-ABERTO	UNIDADE	131	R\$ 58.819,00
07	MESA AUTOPORTANTE EM L	UNIDADE	169	R\$ 65.999,57
08	MESA PENINSULA EM L	UNIDADE	100	R\$ 48.000,00
11	MESA REUNIAO REDONDA	UNIDADE	25	R\$ 8.775,00
12	MESA REUNIAO RETANGULAR 2400mm	UNIDADE	17	R\$ 9.999,91
13	MESA REUNIAO RETANGULAR 3000mm	UNIDADE	13	R\$ 9.499,88
14	MESA RETANGULAR	UNIDADE	69	R\$ 19.999,65
29	GAVETEIRO VOLANTE C/ 3 GAVETAS	UNIDADE	50	R\$ 14.050,00

Outrossim, esclarecemos que a INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LACHI EIRELI - EPP forneceu seus produtos com eficiência, demonstrando estar tecnicamente capacitada para a realização de seus compromissos.

GUILHERME BIRCKAN

Perito Criminal Federal

Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME BIRCKAN**, Chefe de Setor, em 20/10/2017, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4391655** e o código CRC **26BDFC45**.



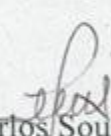
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Justiça Federal de Primeiro Grau-BA, CNPJ nº 05.442.957/0001-01, estabelecida na Av. Ulysses Guimarães, 2799, C.A.B, Salvador/BA, CEP 41.213-000, declara para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 75.395.665/0001-40, Inscrição Estadual 6280087791, estabelecida na Rua Guaratinga, nº 731 – Parque Industrial, Arapongas-PR, CEP 86.703-010, forneceu 12 mesas retangulares, 93 mesas tipo “L”, 2 mesas redondas de reunião e 125 gaveteiros para este Órgão nos anos de 2017/2018, através da Ata de Registro de Preços nº 14/2016.

Declaramos, ainda, que todos os compromissos com a INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI - EPP foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros até a presente data que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Salvador, 25 de maio de 2018


Luis Carlos Souza da Cunha
Executor da Ata de Registro de Preços de Móveis



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A DIRETORIA DE SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, através da Coordenação de Compras, situada na 5ª Avenida do CAB, nº 560, sala nº 111, Prédio Anexo, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 13.100.722/0001-60, atesta para os devidos fins que a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LANCHI EIRELI** inscrita no CNPJ/MF nº **75.395.665/0001-40**, situada à Rua Guaratinga, nº 731, Parque Industrial, Arapongas-Paraná – CEP: 86.703-010, declarada vencedora do Pregão Eletrônico nº 087/2016, lote 2, itens 1 e 2, forneceu os objetos licitados a seguir discriminados, atendendo satisfatoriamente às condições contratuais, tendo respeitadas as suas cláusulas no que se refere as especificações técnicas, sendo os serviços considerados de boa qualidade.


PRODUTOS	QTDE.
ARMARIO/ESTANTE, modulado, alto, equipado com 02 portas baixas com altura aproximada de 740 mm, e 03 prateleiras, sendo 01 na parte inferior e 02 na parte superior, de altura regulável sustentadas por pinos de aço. Confeccionado em fibra de madeira aglomerada (MDP) com espessura mínima de 18 mm, com tampo superior com a espessura de 25 mm sobrepondo as portas, revestido totalmente nas faces interna e Externa com melamínico BP na cor argila; acabamento das bordas em perfil plano de PVC com aproximadamente 2 mm de Espessura na mesma cor do laminado. Base com sapatas niveladoras embutidas na base com regulagem na parte interna do armário, dispensando assim a necessidade de inclinação do mesmo para que sejam ajustadas. Dobradiças confeccionadas em zamak injetado com abertura mínima 110°E regulagem milimétrica para ajuste de frestas e alinhamento das portas com dispositivo de pressionamento para manter as Portas fechadas. Fechadura, em liga de metal, com 02 chaves dobráveis. Dois puxadores retangulares embutidos de ABS injetado preto e fechadura frontal de comando único, posicionados na parte central do armário. Dimensões: 900 X 500 X 1600 mm (LxPxA). Variação permitida de +/- 5%, O Produto deve estar em conformidade com A NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13961:2010, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia mínima de 5 anos .	100
ARMÁRIO, alto, fechado, equipado com 02 portas de abrir da mesma altura do armário e 03 prateleiras de altura regulável sustentadas por pinos. Confeccionado em fibra de madeira aglomerada (MDP) com espessura mínima de 18 mm, com tampo superior com a espessura de 25 mm sobrepondo as portas, revestido totalmente nas faces interna e externa com melamínico BP na cor argila; acabamento das bordas em perfil Plano de PVC com aproximadamente 2 mm de espessura na mesma cor do laminado. Base com sapatas reguladoras de nível, em polipropileno, com regulagem na parte interna do armário (evitando assim a necessidade de levantar o armário para regulagem da altura), ou em aço tubular com no mínimo 20 x 50 mm pintado em epóxi-po, com sapatas niveladoras para Ajuste de nível. Dobradiças confeccionadas em zamak injetado Com abertura mínima 110° e regulagem milimétrica para ajuste De frestas e alinhamento das portas com dispositivo de pressionamento para manter as portas fechadas. Fechadura, em liga de metal, com 02 chaves dobráveis. Dois puxadores retangulares embutidos de ABS injetado preto e fechadura frontal de comando único, posicionados na parte central do armário. Dimensões : 900 X 500 X 1600 mm (LxPxA). Variação permitida de +/- 5% O Produto deve estar em conformidade com A NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13961:2010, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia	300



minima de 5 anos.	
-------------------	--

Salvador/BA, 11 de Janeiro de 2019.


Jorge Medrado Júnior
Coordenador de Compras


Gilse Maquieira da Silva
Diretora de Suprimento e Patrimônio




ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI EPP**, situada à Rua Guaratinga, 731 – Pq. Industrial – Arapongas – PR, CEP: 86703-010, inscrita no **CNPJ 75.395.665/0001-40**, foi contratada pelo **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / Sesi – SP** através do Pregão Eletrônico nº 090/2017, fornecendo os itens abaixo e cumprindo satisfatoriamente todas as obrigações contratuais.

- Mesas redondas 1200x735mm – 3 unidades
- Mesa em L complemento circular – 15 unidades
- Mesa p/ microcomputador 2 planos – 9 unidades
- Armário alto post form cinza – 929 unidades
- Mesa p/ copa 4 pessoas – 3 unidades
- Mesa retangular 2000x1000mm – 310 unidades
- Gaveteiro volante – 1249 unidades
- Mesa de centro quadrada – 471 unidades
- Mesa redonda cinza – 307 unidades
- Mesa cinza para desktop – 1293 unidades
- Armário baixo 2 prateleiras – 1348 unidades

Atestamos, ainda, que não existem em nossos registros, até a presente data, outros fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.


Roberta Salles Mendes
Gerência Executiva de Operações
Gerente Executiva


Giorgia Alves Leite Nunes
Gerência Executiva de Operações
Supervisora Administrativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 14 /2016

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº. 7.892/2013, IN nº. 02/2010-MPOG, suas alterações e Processo Administrativo n. 0005410-59.2016.4.01.8004-JFBA (Pregão Eletrônico n. 25/2016) e nas seguintes cláusulas:

CONTRATANTE: União Federal, através da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, CNPJ/MF nº. 05.442.957/0001-01 e sede na Av. Ulysses Guimarães, n. 2799, CAB, Salvador-BA, neste ato representada pela MM. JUÍZA FEDERAL DIRETORA DO FORO, Dra. CLÁUDIA OLIVEIRA DA COSTA TOURINHO SCARPA, brasileira, CPF nº. 573.672.991-15 e RG nº. 03.491.830-23 (SSP-BA), residente e domiciliada nesta Capital..

CONTRATADA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP, CNPJ n. 75.395.665/0001-40, sito à Rua Guaratinga, n. 731 – Parque Industrial, CEP 86.703-010, Arapongas-PR, neste ato representada pelo Sr. Natal Lachi Júnior, brasileiro, CPF n. 549.388.139-04 e RG n. 1.817.567-3 (SSP/PR).

1. DOS ITENS REGISTRADOS

Item*	Especificação do material	Marca	Quant. Máxima	Preço Unitário (R\$)
01	Mesa para servidor, tipo "L" (Ergonômica)	LACHI	210	595,00 ✓
02	Mesa para juiz, tipo "L" (Ergonômica)	LACHI	23	800,00 ✓
03	Gaveteiro volante	LACHI	245	295,00 ✓
04	Mesa de reunião redonda	LACHI	20	365,00 ✓
05	Mesa de apoio	LACHI	200	230,00 ✓

*Item do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico n. 25/2016

OBSERVAÇÃO:

Os materiais deverão ser entregues embalados, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência e prazo de validade, de acordo com a legislação em vigor. Todos os materiais devem apresentar prazo de validade de, no mínimo, um (01) ano, a contar da data de entrega do produto.

2. DO OBJETO

2.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de móveis, de acordo com a necessidade e solicitação da Seção de Administração de Patrimônio – SEPAT/NUCAF, desta Seção Judiciária, sendo que a especificação completa dos itens registrados consta do Anexo II do edital do Pregão Eletrônico n. 25/2016.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas com a execução deste Registro de Preços serão atendidas com recursos consignados no Programa de Trabalho "Julgamento de Causas da Justiça Federal", ND 3.3.3.9.0.30.07, Fonte: Tesouro Nacional.

4. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

4.1 A Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia fará as aquisições mediante a emissão da Solicitação de Fornecimento de Materiais e Nota de Empenho específica, emitida de acordo com os materiais e quantidades constantes na referida Solicitação.

a. A Solicitação de Fornecimento será enviada para a fornecedora, que deverá acusar recebimento no prazo de 01 (um) dia útil:

b. As quantidades e o prazo de entrega dos objetos que vierem a ser adquiridos serão definidos na respectiva Solicitação de Fornecimento, sendo os prazos mínimo e máximo de entrega de, respectivamente, 30 e 60 dias consecutivos.

5. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.1 A entrega dos produtos deverá ser efetuada na Seção Judiciária da Bahia e respectivas Subseções, conforme quantitativos e localidades descritas no Anexo II – Termo de Referência.

5.2 Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

5.2.1 Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no edital de licitação;

5.2.2 Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade.

5.3 A empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação por parte da Administração, para retirada da Nota de Empenho.

5.3.1 A comunicação a que alude o item anterior poderá ser feita via fac-símile, correspondência ou correio eletrônico.

5.4 A Contratada deverá providenciar a substituição dos produtos que apresentem defeitos no prazo de 10 dias úteis para os bens entregues em Salvador e 20 dias úteis para os bens entregues no interior, contados do 1º dia útil subsequente da comunicação feita pela Seção de Patrimônio, por ofício ou e-mail, sem quaisquer ônus. **A Contratada só será beneficiada deste prazo caso cumpra rigorosamente o prazo de entrega determinado na Solicitação de Fornecimento.**

6. DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1 A JUSTIÇA FEDERAL pagará à CONTRATADA o valor unitário constante da cláusula “1 – DOS ITENS REGISTRADOS” deste instrumento, multiplicado pela quantidade solicitada por item.

6.2 O pagamento de cada parcela do objeto, constante da Solicitação de Fornecimento, entregue e recebido em definitivo pela Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária da Bahia, será efetuado através de ordem bancária, cujo valor será creditado em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da Nota Fiscal, que ocorrerá no prazo máximo de 02 (dois) dias da data do protocolo do documento no setor competente, ressalvando-se os possíveis atrasos no repasse de recursos pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. **A empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e com a documentação obrigatória em plena validade.**

6.3 Havendo atraso no pagamento por culpa da Contratante, a Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia se obriga a pagar juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota Fiscal, desde o dia subsequente ao vencimento do prazo até o dia do efetivo pagamento, exceto na hipótese de glosa na fatura para posterior apuração de falta.

6.4 Havendo erro no documento fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para esta Justiça Federal, inclusive moratório. Nesse caso, o prazo a que se refere o subitem 6.2 passará a fluir somente após sanada a irregularidade.

6.5 O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará:

- a) o objeto da prestação do fornecimento e o número do processo que deu origem à contratação;
- b) dados bancários: nome do banco, agência e número da conta-corrente;

- c) nº do CNPJ do licitante/contratada idêntico ao apresentado na proposta comercial e, conseqüentemente, lançado na Nota de Empenho e na presente Ata.

6.6 Juntamente com a nota fiscal/fatura, a Contratada optante do SIMPLES NACIONAL deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012, sob pena de ficar sujeito ao regime normal de tributação. Este subitem só diz respeito às empresas que não explorem as atividades constantes do art. 17 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo as exceções previstas no § 1º do referido artigo.

6.7 No início ou no curso da Ata/Contrato, se a Contratada incorrer em qualquer das situações de vedação previstas no art. 30, II, III ou IV, da Lei Complementar n. 123/2006, não poderá continuar se valendo dos benefícios do regime tributário diferenciado, neste caso, deverá comunicar a sua exclusão à Secretaria da Receita Federal no prazo estabelecido no § 1º do referido artigo.

6.7.1 Ocorrendo a hipótese prevista no item acima, a Contratada deverá entregar à Justiça Federal cópia (com identificação de recebimento) da comunicação enviada à Secretaria da Receita Federal, no prazo de 5 (cinco) dias da data da referida entrega.

6.7.2 Ultrapassados os prazos previstos no art. 30, § 1º, da Lei Complementar n. 123/2006, sem que a Contratada comunique à Secretaria da Receita Federal a sua exclusão, a Justiça Federal oficializará o fisco a respeito da mencionada omissão.

6.8 A Nota de Empenho será emitida quando da solicitação de fornecimento dos materiais de acordo com a especificação e as quantidades solicitadas.

6.9 No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF e ao site do TST, para conferência da validade das seguintes certidões: regularidade do FGTS, negativa de débitos com o INSS, negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e negativa de débitos trabalhistas. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados via internet, os respectivos sites dos órgãos emitentes das certidões supracitadas. Constatada a situação irregular da contratada junto ao SICAF, esta será notificada, por escrito, para providenciar a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual/cancelamento da Ata. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

6.10 A CONTRATANTE poderá deduzir dos haveres da CONTRATADA valores correspondentes a restituições ao erário ou indenizações, por esta devidas.

7. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços poderão ser revisados, na forma do art. 17 do Decreto n. 7.892/2013.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA compromete-se a:

- a) entregar os materiais, objeto desta licitação, novos, sem defeitos e sinais de uso, sob pena de não serem aceitos pela Justiça Federal da Bahia;
- b) cumprir o prazo de entrega e quantidades constantes da Solicitação de Fornecedor;
- c) efetuar, durante o prazo de garantia, sem custos adicionais, a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua regular utilização, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da comunicação;
- d) manter, durante o período do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à JUSTIÇA FEDERAL, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços referente a este certame; e
- e) demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II)

9. DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

9.1 A JUSTIÇA FEDERAL proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades à boa execução do objeto desta Ata, e designará um representante seu para acompanhar o fornecimento dos materiais designados e registrados, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas vinculadas ao processo.

9.2 A JUSTIÇA FEDERAL efetuará os pagamentos devidos em função da presente Ata.

9.3 Demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II).

10. DA VIGÊNCIA

10.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses, com início no dia 26 de setembro de 2016 e término previsto para o dia 25 de setembro de 2017, não sendo admitida prorrogação.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A JUSTIÇA FEDERAL poderá cancelar o Registro de Preços dos respectivos itens, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e nesta Ata, nos casos estabelecidos no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

11.2 A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do Registro de Preços, por escrito, devendo, para tanto, comprovar impossibilidade de atendimento das solicitações, objeto desta Ata, decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devendo manter o regular fornecimento do objeto até a decisão final da JUSTIÇA FEDERAL.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial da ata, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções, a critério da Administração:

12.1.1 Advertência;

12.1.2 Multa de acordo com os percentuais:

12.1.2.1 No caso de multa moratória:

- a) **Havendo atrasos no cumprimento das obrigações a multa será de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 6%, sobre o valor dos itens entregues com atraso. Ultrapassando 20 (vinte) dias, o atraso dará causa à aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens entregues com atraso.**

As multas estabelecidas na alínea "a" não serão aplicadas cumulativamente. Caso a Contratante entenda que a mora superior a 20 dias configura recusa ao cumprimento do contrato (inexecução parcial ou total), rescindir o instrumento contratual e neste caso dará causa a aplicação dos percentuais cominados nos itens 12.1.2.2.a, 12.1.2.2.b ou 12.1.2.2.c.

12.1.2.2 No caso de multa compensatória:

- a) **15% sobre o valor dos itens não entregues, em caso de inexecução parcial da referida contratação (NE).**
b) **20% sobre o valor dos itens não entregues, em caso de inexecução total da referida contratação (NE).**
c) **10% sobre o valor total do objeto adjudicado à empresa, considerada a quantidade máxima a ser contratada, em caso de inexecução total da ATA.**

As multas previstas nas alíneas "a", "b" e "c" não serão aplicadas cumulativamente.

12.2 Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, encaminhando a solicitação da prorrogação ao executor do contrato, antes do vencimento do prazo, ficando a critério da Administração a sua aceitação, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

12.3 As multas devidas pela contratada **serão deduzidas de pleno direito dos valores devidos pela contratante ou descontadas da garantia, se for o caso.** Caso a contratada não tenha crédito a receber, ou se este for inferior ao valor da multa, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento do valor correspondente à diferença através da GRU, sob pena de cobrança judicial.

12.4 Qualquer irregularidade de caráter comercial ou técnico será registrada no SICAF.

12.5 A aplicação de quaisquer penalidades previstas nesta Ata será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

12.6 A aplicação de multas não impede que a Justiça Federal da Bahia aplique à Contratada as demais sanções previstas nas Leis n. 8.666/1993 ou n. 10.520/2002 ou, ainda, no Decreto n. 5.450/2005, conforme o caso.

12.7 O descumprimento dos prazos de garantia, ensejará multa a ser calculada da seguinte forma:

$$\text{MULTA} = \text{PI} \times \text{QA} \times 10\%$$

Onde: PI = Preço Unitário do Item

QA = Quantidade Adquirida de itens que não tiveram atendimento tempestivo ao chamado técnico da assistência.

12.8 A CONTRATADA poderá sofrer suspensão temporária sempre que incorrer em alguma das hipóteses abaixo arroladas (além das previstas nos dispositivos legais acima mencionados):

a) tornar a incidir na prática de atos cominados na Ata de Registro de Preços, sob pena de multa;

b) no caso de inadimplemento total, imotivado, dos compromissos assumidos na Ata, nos termos do art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Não constitui obrigação da JUSTIÇA FEDERAL a aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

13.2 Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor, detentor da Ata, serão divulgados no portal da Internet www.comprasnet.gov.br.

13.3 A presente Ata e os eventuais termos dela decorrentes serão publicados no portal www.jfba.jus.br.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado da Bahia, em Salvador-BA, para dirimir questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

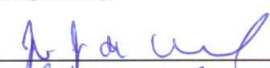
E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.


Salvador-BA, 20 de setembro de 2016.

CLÁUDIA OLIVEIRA DA COSTA TOURINHO SCARPA
JUÍZA FEDERAL DIRETORA DO FORO

NATAL LACHI JÚNIOR
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


CPF n. 262.223.885-10


CPF n. 250.929.795-34

Certifico que, nesta data, recebi uma via

do(a) ARP m 14/2016

e da NE nº 10/2016

Em 15/04/2016

[Signature]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SC

EDITAL Nº 05/2016-CPL/SELOG/SR/PF/SC

Processo nº 08490.300689/2016-82



Documento assinado eletronicamente por **MARA TOLEDO PIZA BAIOCCHI DE SANTANNA**, **Superintendente Regional**, em 21/10/2016, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0455169** e o código CRC **62405CDD**.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, por meio do(a) Setor de Logística e Administração Policial, sediado na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Florianópolis – SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e da nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **04/11/2016**

Horário: **10:00h (horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de mobiliário padrão para atender as necessidades das Superintendências Regionais de Polícia Federal nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como suas Delegacias Descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 8 grupos, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. A licitação será realizada por contratações diretas, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço para cada item.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200370

Fonte: 01000000000

Programa de Trabalho: 06 122 2112 2000 0000

Elemento de Despesa: 449052

PI: 51

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1. Em relação ao Grupo 2, a participação é exclusiva a licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de

coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.2. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.5.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item.

5.6.2. Marca

5.6.3. Fabricante

5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de garantia.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

- 5.10. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- 5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.12. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na

hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.1. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.2. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.15.3. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.16. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.16.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.1. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.3.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3.3.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.4.7.

9.4.8. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.6.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.6.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceite mediante a apresentação do contrato.

9.6.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

9.6.4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.6.5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.5.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.5.2. Em se tratando de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

9.6.6. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

9.6.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7.1.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

9.7.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentado aceito mediante a apresentação do contrato.

9.8. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício

9.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via anexo no site de compras do governo ou via e-mail cpl.srsc@dpf.gov.br no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.10. Os documentos apresentados por anexo, no sistema, serão considerados como originais e válidos para todos os efeitos, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, do Decreto 5.450/2005.

9.11. Os documentos inicialmente apresentados por e-mail deverão ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar na convocação do Pregoeiro efetuada pelo sistema.

9.11.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar

quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.4. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

13.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14. DO PREÇO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

15.2. Devido ao volume da aquisição, o prazo constante no item 4.1 do Termo de Referência, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias, contados do "atesto" da

Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 1 (um) dia, contado da data final do período de adimplemento contratação, podendo ser realizada por forma eletrônica para o e-mail nad.srsc@dpf.gov.br com cópia para nelson.nbr@dpf.gov.br.

17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, de forma única, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

17.4.1. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (\text{TX Percentual da taxa anual} = 6\%) \quad \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não mantiver a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 18.3.1. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.4.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.srsc@dpf.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744, Agrônômica, Florianópolis/SC, setor: **SELOG/SR/PF/SC**.

19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.pf.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Superintendência da Polícia Federal em Florianópolis, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista

franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I - Termo de Referência (0463157);

20.10.2. ANEXO I-A - Termo de Referência (0247508);

20.10.3. ANEXO III – Modelo de Apresentação de Proposta de Preços (0032819).

Referência: Processo nº 08490.300689/2016-82

SEI nº 0455169

Criado por [luan.ils](#), versão 6 por [luan.ils](#) em 20/10/2016 14:29:36.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0616158/2016-CPL/SELOG/SR/PF/SC

Processo nº 08490.300689/2016-82

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016

I. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais permanentes do tipo mobiliário em geral, conforme especificações contidas no Anexo I, para atender as necessidades das Superintendências Regionais de Polícia Federal do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como suas Delegacias Descentralizadas.

Grupo	Item	Especificação	Qtd	Preço Médio (R\$)	Preço Total (R\$)
1	1	Armário alto com portas e prateleiras	302	544,00	164.288,00
	2	Armário baixo com 2 portas	175	555,80	97.265,00
	3	Armário alto semiaberto	131	449,90	58.936,90
Total Grupo 1: R\$ 320.489,90					
2	5	Painel divisório panorâmico 140cm	53	145,33	7.702,67
	6	Painel divisório panorâmico 160cm	54	159,67	8.622,00
Total Grupo 2: 16.324,67					
3 - Modelo A	4	Gaveteiro volante com 4 gavetas	359	414,90	148.949,10
	7	Mesa autoportante	169	502,50	84.922,50
	8	Mesa península	100	649,00	64.900,00
	11	Mesa de reunião redonda	25	508,15	12.703,83
	12	Mesa de reunião retangular 2,4m	17	1.042,33	17.719,67
	13	Mesa de reunião retangular 3,0m	13	1.199,00	15.587,00
	14	Mesa retangular individual	69	565,50	39.019,50
	29	Gaveteiro (3 gavetas com pasta suspensa)	50	281,00	14.050,00
Total Grupo 3: R\$ 397.851,60					
4	16	Cadeira com rodízios (couro preto)	153	822,49	125.840,21
	17	Cadeira de interlocutor (fixa, couro preto)	124	499,89	61.985,74
Total Grupo 4: R\$ 187.825,95					
5 - Modelo B	15	Mesa	39	472,95	18.445,05
	18	Gaveteiro (3 gavetas)	70	299,45	20.961,15
	19	Armário baixo (4 portas)	40	1.980,00	79.200,00
	20	Mesa de centro com tampo em vidro	23	940,60	21.633,72
	21	Mesa de reunião retangular	8	2.100,00	16.800,00
Total Grupo 5: R\$ 157.039,92					
6	22	Sofá de 1 lugar - couro ecológico cor café	64	1.294,67	82.858,67
	23	Sofá de 2 lugares - couro ecológico cor café	73	1.780,17	129.952,17
	24	Sofá de 3 lugares - couro ecológico cor	62	2.052,67	127.265,54

	24	café	33	2.032,01	130.830,00
Total Grupo 6: R\$ 403.708,84					
7	9	Cadeira com rodízios	640	516,00	330.237,87
	10	Cadeira de interlocutor (fixa)	294	327,00	96.138,00
	25	Cadeira de reunião (giratória, apóia-braços)	223	243,50	54.300,50
	26	Cadeira multiuso (fixa, sapatas deslizantes)	401	282,75	113.382,75
Total Grupo 7: R\$ 594.059,12					
8	27	Armário tipo guarda-roupa (4 portas)	136	589,95	80.232,75
	28	Estante de aço (8 prateleiras)	316	418,69	132.306,04
Total Grupo 8: R\$ 212.538,79					

1.2. O valor global máximo para a execução do objeto descrito neste Termo de Referência é de **R\$ 2.289.838,79**.

1.3. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços, constante do processo administrativo, atendendo a Instrução Normativa nº5, de 27 de junho de 2014 – SLTI/MP.

1.4. As condições e especificações dos materiais deverão estar em conformidade com a Portaria 5604/2015-DG/PF, Anexo I deste Termo de Referência.

1.5. Nos Termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, os materiais deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que for aplicável:

1.5.1. Serem acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, retornável (reutilizável), que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.5.2. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.5.3. Caso solicitado, a comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

1.6. Ainda nos termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, os fornecedores deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Propiciar o atendimento de demandas locais, todas relacionadas com postos de trabalho existentes e que necessitam de substituição de mobiliário inservível (antigo e sem possibilidade de manutenção conveniente, ou ainda que estejam em desacordo com as atuais normas relacionadas com a ergonomia do trabalhador), bem como para atender setores que se reorganizaram e demandam a aquisição para que se tome possível o desenvolvimento das suas atividades.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O objeto deverá ser entregue nos seguintes locais, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da guia de solicitação, nas quantidades solicitadas quando de cada aquisição.

4.1.1. Locais de entrega:

4.1.1.1. Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Superintendência Regional de Polícia Federal em Florianópolis/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744 - Agrônômica Florianópolis/SC - CEP 88.025-255 - Fone (48) 3281-6500
02	Delegacia de Polícia Federal em Criciúma/SC	Rua José Scotti, 305 - Operária Nova Criciúma/SC - CEP 88.809-100 - Fone (48) 3461-8600
03	Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC	Rua Artur Bernardes, 427 - Conta Dinheiro Lages/SC - CEP 88.508-570 - Fone (49) 3251-6200
04	Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC	Rua Argentina, 259 - Centro Dionísio Cerqueira/SC - CEP 89.950-000 - Fone (49) 3644-6300
05	Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC	Rua 15 de Novembro, 348 - Centro Itajaí/SC - CEP 88.301-240 - Fone (47) 3249-6700
06	Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC	Rua Carlos Gonçalves Pinho, 57-E - Centro Chapecó/SC - CEP 89.802-425 - Fone (49) 3321-6900

07	Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC	Rua José Elias Giuliari, 72 - Boa Vista Joinville/SC - CEP 89.205-310 - Fone (47) 3431-6800
----	--	--

4.1.1.2. Superintendência de Polícia Federal no Paraná:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Superintendência Regional de Polícia Federal em Curitiba/PR	Rua Professora Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida Curitiba/PR - CEP 82640-040 - Fone (41) 3251-7500
02	Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava/PR	Rua Professor Becker, 1950 - Centro Guarapuava/PR - CEP 85010-170 - Fone (42) 3035-8701
03	Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR	Rua Tietê, 1450 - Vila Nova Londrina/PR - CEP 86025-230 - Fones (43) 3294-7285/7265/7205
04	Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR	Av. José Alves Nendo, 1309 - Jardim Aclimação Maringá/PR - CEP 87055-000 - Fone (44) 3220-1400
05	Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá/PR	Rua Manoel Bonifácio, 309 - Centro Paranaguá/PR - CEP 83203-300 - Fone (41) 3422-2033
06	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa/PR	Rua Carlos Osternack, 316 - Vila Estrela Ponta Grossa/PR - CEP 84040-120 - Fone (42) 3026-5964
07	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu /PR	Av. Paraná, 3471 - Jd. Pólo Centro Foz do Iguaçu/PR - CEP 85863-720 - Fone (45) 3576-5500
08	Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR	Praça Castelo Branco, 200 - Centro Guaíra/PR - CEP 85980-000 - Fone (44) 3642-9100
09	Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR	Rua Paraná, 1264 - Centro Cascavel/PR - CEP 85810-010 - Fones: (45) 3224-5152 e 3225-0399
10	GISE/Londrina/PR	Av. São João, 500 Londrina/PR - CEP 86039-290 - Fone (43) 3336-9271

4.1.1.3. Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Sul:

ITEM	DELEGACIA	ENDEREÇO
01	Superintendência Regional de Polícia Federal em Porto Alegre/RS	Avenida Paraná, 991 - Navegantes Porto Alegre/RS - CEP 90.240-600 - Fone (51) 3235-9050
02	Delegacia de Polícia Federal em Bagé/RS	Avenida Presidente Vargas, 350 - Centro Bagé/RS - CEP 96.400-410 - Fone (53) 3240-9000
03	Delegacia de Polícia Federal em Caxias do Sul/RS	Avenida Júlio de Castilhos, 150 - 2º andar - Lourdes Caxias do Sul/RS - CEP 95.010-000 - Fone (54) 3213-9000
04	Delegacia de Polícia Federal em Jaguarão/RS	Avenida Júlio de Castilhos, 1572 Jaguarão/RS - CEP 96.300-000 - Fone (53) 3266-9000
05	Delegacia de Polícia Federal em Santana do Livramento/RS	Rua Silveira Martins, 1257 - Centro Santana do Livramento/RS - CEP 97.573-625 - Fone (55) 3241-9000
06	Delegacia de Polícia Federal em Passo Fundo/RS	Avenida Sete de Setembro, 10 - Centro Passo Fundo/RS - CEP 99.010-120 - Fone (54) 3318-9000
07	Delegacia de Polícia Federal em Pelotas/RS	Avenida Duque de Caxias, 1049 - Fragata Pelotas/RS - CEP 96.030-003 - Fone (53) 3309-9000
08	Delegacia de Polícia Federal em Rio Grande/RS	Rua General Osório, 512 - Centro Rio Grande/RS - CEP 96.200-400 - Fone (53) 3293-9000

09	Delegacia de Polícia Federal em Santo Ângelo/RS	Avenida São João, 555 - Sobuski Santo Ângelo/RS - CEP 98.801-400 - Fone (55) 3314-9000
10	Delegacia de Polícia Federal em São Borja/RS	Rua Vereador Alberto Rocha Benevenuto, 3126 - Passo São Borja/RS - CEP 97.670-000 - Fone (55) 3430-9000
11	Delegacia de Polícia Federal em Santa Cruz do Sul/RS	Rua Coronel Oscar Rafael Jost, 2117 - Avenida Santa Cruz do Sul/RS - CEP 96.815-010 - Fone (51) 3717-9000
12	Delegacia de Polícia Federal em Santa Maria/RS	Rua Vale Machado, 1361 - Centro Santa Maria/RS - CEP 97.010-530 - Fone (55) 3218-9000
13	Delegacia de Polícia Federal em Uruguai/RS	Rua General Vitorino, 1736 - Bela Vista Uruguai/RS - CEP 97.501-840 - Fone (55) 3414-9000

4.1.2. Quantidades:

4.1.2.1. Superintendência de Polícia Federal em Santa Caratina:

Item	Materiais	FLORIANÓPOLIS	CRICIÚMA	LAGES	DIONÍSIO CERQUEIRA	ITAJAÍ	CHAPECÓ	JOINVILLE
1	Armário alto com portas e prateleiras	26	3	2	4	16	24	2
2	Armário baixo com 2 portas	10	3	5	4	13	19	1
3	Armário alto semiaberto	6	3	4	2	2	20	1
4	Gaveteiro volante com 4 gavetas	17	4	8	21	23	41	16
5	Painel divisório panorâmico 140cm							2
6	Painel divisório panorâmico 160cm	2	6		4			
7	Mesa autoportante	2		5	9	2	26	
8	Mesa península	4		5	2	15	7	
9	Cadeira com rodízios	15		2	8	16	20	6
10	Cadeira de interlocutor (fixa)	48				6	22	
11	Mesa de reunião redonda	1			1	1	1	
12	Mesa de reunião retangular 2,4m	2			1			
13	Mesa de reunião retangular 3,0m							
14	Mesa retangular individual	3	3		5	2	2	
15	Mesa	1				1	8	
16	Cadeira com rodízios (couro preto)	54	2	2	2	2	2	2
17	Cadeira de interlocutor (fixa, couro preto)	19	6	6	6	6	6	6
18	Gaveteiro (3 gavetas)	3	2		2	1	2	
19	Armário baixo (4 portas)	1	3		1	1	4	
20	Mesa de centro com tampo em vidro		1	1		2	2	
21	Mesa							
22	Sofá de 1 lugar - couro ecológico cor café	2		2	4		5	
23	Sofá de 2 lugares - couro ecológico cor café	4	3	1		1	6	2
24	Sofá de 3 lugares - couro ecológico cor café	15	3		2	3	9	1

25	Cadeira de reunião (giratória, apóia-braços)	6			10	9	26	
26	Cadeira multiuso (fixa, sapatas deslizantes)	15					12	6
27	Armário tipo guarda-roupa (4 portas)	5	2		5	6	7	2
28	Estante de aço (8 prateleiras)	40	8		2	26	10	
29	Gaveteiro com pasta suspensa	10						

4.1.2.2. Superintendência de Polícia Federal no Paraná:

Item	Materiais	CURITIBA	GUARAPUAVA	LONDRINA	MARINGÁ	PARANAGUÁ	PONTA GROSSA	FOZ DO IGUAÇU	GUAIARA	CASCADEL	GISE/LDA
1	Armário alto com portas e prateleiras	36	3	17	23	25	4	10	36	1	-
2	Armário baixo com 2 portas	14	-	16	5	24	6	-	7	1	2
3	Armário alto semiaberto	11	-	6	9	20	-	-	14	-	-
4	Gaveteiro volante com 4 gavetas	28	4	16	33	16	5	-	17	6	10
5	Painel divisório panorâmico 140cm	6	-	-	8	5	-	-	10	-	-
6	Painel divisório panorâmico 160cm	-	-	-	-	7	-	-	25	-	-
7	Mesa autoportante	8	4	2	26	11	1	-	14	-	-
8	Mesa península	5	8	1	4	8	-	-	7	1	-
9	Cadeira com rodízios	8	4	33	25	27	-	-	-	3	-
10	Cadeira de interlocutor (fixa)	38	3	-	8	7	-	-	2	2	-
11	Mesa de reunião redonda	1	-	3	2	10	-	2	1	-	-
12	Mesa de reunião retangular 2,4m	1	-	-	-	3	-	-	2	-	-
13	Mesa de reunião retangular 3,0m	-	-	-	2	1	-	1	3	-	-
14	Mesa retangular individual	3	-	-	-	7	-	-	11	-	-
15	Mesa	2	-	-	10	4	-	-	3	-	-
16	Cadeira com rodízios (couro preto)	99	12	99	100	25	19	6	32	22	-
17	Cadeira de interlocutor (fixa, couro preto)	39	9	96	80	12	-	-	2	-	-
18	Gaveteiro (3 gavetas)	6	3	5	3	19	-	-	3	-	-
19	Armário baixo (4 portas)	1	1	2	1	7	-	-	6	2	-
20	Mesa de centro com tampo em vidro	1	-	-	-	4	-	-	4	-	-
21	Mesa de reunião retangular	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
22	Sofá de 1 lugar - couro ecológico cor café	10	1	-	1	13	-	5	-	1	-

23	Sofá de 2 lugares - couro ecológico cor café	5	1	6	3	7	-	5	3	-	2
24	Sofá de 3 lugares - couro ecológico cor café	13	2	6	7	7	-	5	1	-	2
25	Cadeira de reunião (giratória, apóia-braços)	51	-	19	10	20	-	10	5	-	-
26	Cadeira multiuso (fixa, sapatas deslizantes)	-	-	68	-	35	-	-	86	-	-
27	Armário tipo guarda-roupa (4 portas)	6	1	3	12	9	-	-	25	-	-
28	Estante de aço (8 prateleiras)	22	-	2	52	-	-	6	52	5	2
29	Gaveteiro com pasta suspensa	4	-		4	14	6	5	-	-	1

4.1.2.3. Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Sul:

Item	Materiais	PORTO ALEGRE	BAGE	CAXIAS DO SUL	JAGUARÃO	S. DO LIVRAMENTO	PASSO FUNDO	PELOTAS	RIO GRANDE	SANTO ÂNGELO	SÃO BORJA	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA MARIA	URUGUAIANA
1	Armário alto com portas e prateleiras	30	03	05	02	04	04	10	02	03	03	06	05	02
2	Armário baixo com 2 portas	15	0	08	0	03	04	05	0	0	03	06	13	0
3	Armário alto semiaberto	08	0	02	0	02	0	10	0	02	02	4	16	0
4	Gaveteiro volante com 4 gavetas	15	0	0	0	02	01	04	03	04	02	06	28	10
5	Painel divisório panorâmico 140cm	10	0	08	0	0	0	0	04	0	0	0	0	0
6	Painel divisório panorâmico 160cm	05	0	0	0	0	0	0	0	02	0	03	0	0
7	Mesa autoportante	25	03	04	02	02	01	01	02	02	02	03	13	02
8	Mesa península	10	0	0	0	02	01	01	0	06	0	03	11	02
9	Cadeira com rodízios	80	10	10	14	12	30	05	15	10	10	05	25	10
10	Cadeira de interlocutor (fixa)	30	05	0	0	0	0	05	06	04	05	0	0	0
11	Mesa de reunião redonda	0	0	0	0	01	0	0	01	0	0	0	0	01
12	Mesa de reunião retangular 2,4m	03	0	0	0	01	0	0	0	0	01	0	01	01
13	Mesa de reunião retangular 3,0m	02	01	0	01	0	0	0	0	01	0	0	0	01
14	Mesa retangular individual	15	0	02	0	07	0	05	0	0	04	03	02	0
15	Mesa modelo B (tampo reto 200x100 cm)	10	0	0	0	02	0	0	01	0	0	01	0	0
16	Cadeira com rodízios (couro preto)	65	02	02	0	04	06	10	02	05	02	03	07	02
17	Cadeira de interlocutor (fixa, couro preto)	0	0	0	0	10	0	05	0	0	05	0	0	0
18	Gaveteiro (3 gavetas)	30	04	14	06	06	08	0	0	06	02	03	0	0
19	Armário baixo (4 portas)	06	0	0	0	02	01	04	03	0	0	0	0	0
20	Mesa de centro com tampo em vidro	05	0	0	0	01	0	04	0	0	02	01	01	0
21	Mesa de reunião retangular	05	0	0	0	0	0	02	0	0	0	01	0	0
22	Sofá de 1 lugar - couro ecológico cor café	10	0	0	0	01	02	05	03	0	0	03	0	05

23	Sofá de 2 lugares - couro ecológico cor café	11	0	0	02	01	01	04	02	02	02	03	0	02
24	Sofá de 3 lugares - couro ecológico cor café	07	0	0	01	02	02	03	02	03	02	0	01	02
25	Cadeira de reunião (giratória, apóia-braços)	30	06	0	10	06	02	10	04	08	08	03	08	10
26	Cadeira multiuso (fixa, sapatas deslizantes)	130	09	0	09	10	0	20	0	21	06	0	06	10
27	Armário tipo guarda-roupa (4 portas)	15	02	01	03	04	05	10	09	02	03	0	0	01
28	Estante de aço (8 prateleiras)	30	02	0	0	0	0	25	06	30	02	0	08	01
29	Gaveteiro com pasta suspensa	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

4.2. Todas as entregas deverão ser agendadas previamente junto ao setor indicado inicialmente na execução do contrato ou equivalente.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade – que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7. Apresentar, a cada procedimento de assistência técnica, relatório contendo a data do recebimento da solicitação, a identificação do defeito constatado e as providências tomadas ou a serem adotadas, informando o prazo necessário para a sua conclusão.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à

execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN LUCIO DA SILVA, Pregoeiro(a)**, em 04/11/2016, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0616158** e o código CRC **490648D4**.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. ARMÁRIO ALTO COM PORTAS E PRATELEIRAS

Características principais:

- Armário alto com duas portas;
- 04 (quatro) prateleiras.

Dimensões:

Largura: 800 mm

Profundidade: 500 mm

Altura: 1.600 mm

Especificações técnicas:

Tampo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC de 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Corpo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão, ambas as faces na cor argila, encabeçado com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Portas em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm altamente resistente a impactos, colada pelo sistema *hot-melt*, com dobradiças em aço de alta resistência, automática, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 270°, com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo.

Tranca das portas com trinco metálico na porta direita, fixado através de bucha metálica e parafuso.

Dobradiça com diâmetro 35 mm para portas de armários confeccionada em aço de alta resistência, automática, que permite fechamento suave da porta, com amortecedor integrado à dobradiça, impedindo as tradicionais pancadas da porta ao fechar.

Puxadores metálicos embutidos em forma retangular na cor prata fosco.

Fechadura da porta com chave frontal, alma interna em aço de alta resistência ao torque.

Armário com fundo inteiriço e prateleiras em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, fundo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila.

Prateleiras encabeçadas com bordas retas e fita PVC, com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*. O armário deverá permitir a regulagem de altura das 04 prateleiras.

Rodapé metálico em tubo de aço SAE 1020 (20x50mm) com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e instalação de sapata reguladora de nível.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT de acordo com as normas NBR 13961:2010 ou versão mais recente.

2. ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS

Características principais:

- Armário baixo com duas portas de abertura frontal;
- 01 (uma) prateleira interna.

Dimensões:

Largura: 800mm
Profundidade: 500mm
Altura: 730mm

Especificações técnicas:

Tampo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Corpo em madeira aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico de baixa pressão ambas as faces na cor argila, encabeçado com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Portas em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm altamente resistente a impactos, colada

pelo sistema *hot-melt*, com dobradiças em aço de alta resistência, automática, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 270°, com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo.

Tranca das portas com trinco metálico na porta direita, fixado através de bucha metálica e parafuso.

Dobradiça com diâmetro 35 mm para portas de armários confeccionada em aço de alta resistência, automática, que permite fechamento suave da porta, com amortecedor integrado à dobradiça, impedindo as tradicionais pancadas da porta ao fechar.

Puxadores metálicos embutidos em forma retangular na cor prata fosco.

Fechadura da porta com chave frontal, alma interna em aço de alta resistência ao torque.

Armário com fundo inteiriço e prateleira em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, fundo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila.

Prateleira encabeçada com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Rodapé metálico em tubo de aço SAE 1020 (20x50mm), com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e instalação de sapata reguladora de nível.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT de acordo com as normas NBR 13961:2010.

3. ARMÁRIO ALTO SEMIABERTO

Características principais:

- Armário alto, com duas portas inferiores e uma prateleira interna;
- Sem portas na parte superior com 02 (duas) prateleiras externas.

Dimensões:

Largura: 80cm

Profundidade: 50cm

Altura: 160cm

Altura das prateleiras externas: 27cm

Especificações técnicas:

Tampo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Corpo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão ambas as faces na cor argila, encabeçado com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Portas em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm altamente resistente a impactos, colada pelo sistema *hot-melt*, com dobradiças em aço de alta resistência, automática, regulação horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 270° com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo.

Tranca das portas com trinco metálico na porta direita, fixado através de bucha metálica e parafuso.

Dobradiça com diâmetro 35 mm para portas de armários confeccionada em aço de alta resistência, automática, que permite fechamento suave da porta, com amortecedor integrado à dobradiça, impedindo as tradicionais pancadas da porta ao fechar.

Puxadores metálicos embutidos em forma retangular na cor prata fosco.

Fechadura da porta com chave frontal, alma interna em aço de alta resistência ao torque.

Armário com fundo inteiriço e prateleira em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, fundo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila.

Prateleira encabeçada com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Rodapé metálico em tubo de aço SAE 1020 (20x50mm), com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e instalação de sapata reguladora de nível.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT de acordo com as normas NBR 13961:2010 ou versão mais recente.

4. GAVETEIRO VOLANTE COM QUATRO GAVETAS

Características principais:

- 04 (quatro) gavetas médias;
- Rodízios de duplo giro.

Dimensões:

Largura: 400mm
Profundidade: 500mm
Altura: 590mm (H)

Especificações técnicas:

Gaveteiro volante com rodízios e com quatro gavetas.

Corpo do gaveteiro em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão ambas as faces na cor argila, encabeçado com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Tampo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Laterais e fundos das gavetas em chapa de aço SAE 1010/1020 com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Frentes das gavetas em madeira aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Sistema de travamento da gaveta com de haste de aço resistente à tração, com acionamento frontal fechadura/chave.

Corrediça telescópicas providas de rolamento de esferas de aço.

Puxadores metálicos embutidos em forma retangular na cor prata fosco.

Rodízios na base do gaveteiro de duplo giro injetado em poliamida, com carga de fibra de

vidro resistente ao peso, presos ao gaveteiro através de buchas metálicas e parafusos.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT de acordo com as normas NBR 13961:2010.

5.PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 140 CM DE LARGURA

Características principais:

- Pannel com faces constituídas em chapa de MDP;
- Fixação através de chapa metálica em “L”.

Dimensões:

Largura: 1400 mm

Espessura: 25 mm

Altura dos painéis: 800 mm

Especificações técnicas:

Painel divisório simples fixado na borda dos tampos com cantoneiras metálicas, medindo 800mm de altura, sendo 500mm sobre o tampo e 300 mm sob o tampo.

Chapa única de madeira aglomerada de alta densidade revestida em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão e espessura 25 mm na cor argila, encabeçada com bordas retas e fita PVC 2,5 mm a 3,0 mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Todas as peças metálicas devem receber tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa

Todas as fixações em madeira devem ser com buchas de aço.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13964:2003 ou versão mais recente.

6.PAINEL DIVISÓRIO PANORÂMICO COM 1600 MM DE LARGURA

Características principais:

- Pannel com faces constituídas em chapa de MDP;
- Fixação através de chapa metálica em “L”.

Dimensões:

Largura: 1600mm

Espessura: 25mm

Altura dos painéis: 800mm

Especificações técnicas:

Painel divisório simples fixado na borda dos tampos com cantoneiras metálicas, medindo 800mm de altura, sendo 500mm sobre o tampo e 300 mm sob o tampo.

Chapa única de madeira aglomerada de alta densidade revestida em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão e espessura 25 mm na cor argila, encabeçada com bordas retas e fita PVC 2,5 mm a 3,0 mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Todas as peças metálicas devem receber tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Todas as fixações em madeira devem ser com buchas de aço.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13964:2003 ou versão mais recente.

7.MESA AUTOPORTANTE

Característica principal:

- Mesa de trabalho com 01(um) tampo no formato de “L”.

Dimensões:

Largura: 1400mm

Profundidade: 600mm

Altura: 730mm

Especificações técnicas:

Tampo inteiriço em formato de “L”, tipo autoportante, em madeira aglomerada com resina fenólica, partículas de granulometria fina, com espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2,5mm a 3 mm na parte frontal e bordas nas laterais, fita de borda de PVC de 1,5 mm na mesma cor do laminado coladas pelo sistema *hot-melt*.

Fixação à estrutura através de buchas metálicas e parafusos e guia para passagem de cabos com tampa removível, injetado em polietileno.

A quina do tampo deverá ter um formato ergonômico, a fim de que o usuário entre com a cadeira.

A estrutura metálica lateral deve receber tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com

acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Estrutura fixada ao tampo através de parafuso específico para madeira.

Fixação de painéis frontais através de parafuso específico para madeira.

Estrutura metálica para subida de fiação. Coluna central em tubo de aço 3” SAE 1020 com espessura 1,2 mm, sapatas reguladoras de nivelamento ao piso.

Painel frontal em madeira aglomerada, com resina fenólica, com partículas de granulometria fina, espessura com 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda no mínimo de 1mm na cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Painel frontal em madeira aglomerada, com resina fenólica, partículas de granulometria fina, espessura de 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda de no mínimo 1mm na cor do melamínico, coladas no sistema *hot-melt* e fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

8.MESA PENÍNSULA

Características principais:

- Mesa com tampo inteiriço em formato de “L”;
- Península em 01 (uma) das extremidades.

Dimensões:

Largura 1: lado da península: 1800mm

Largura 2: 1600mm

Profundidade: 600 mm

Altura: 730 mm

Raio: 575 mm

Especificações técnicas:

Tampo inteiriço em formato de “L”, península em uma das extremidades, em madeira aglomerada com resina fenólica ou de melhor qualidade, com partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm. Revestimento laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, bordas

retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2,5mm a 3 mm na parte frontal e borda e nas laterais, fita de borda de PVC de 1,5 mm na mesma cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*. Fixação à estrutura através de parafusos e buchas metálicas e guia para passagem de cabos com tampa removível, injetado em polietileno. A quina do tampo deverá ter um formato ergonômico, a fim de que o usuário entre com a cadeira.

A estrutura metálica lateral deve receber tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Coluna central em chapa de aço SAE 1020, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 (20 x 30 x 1,2 mm), travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 (20 x 45 x 1,9 mm).

Sapatas injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impacto e abrasão.

Estrutura fixada ao tampo através de parafuso específico para madeira com alta resistência ao torque.

Fixação de painéis frontais através de parafusos.

Estrutura metálica para subida de fiação com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em tubo de aço 3" SAE 1020, com espessura 1,2 mm, sapatas de nivelamento ao piso.

Painel frontal em madeira aglomerada, com resina fenólica, partículas de granulometria fina, espessura de 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda de no mínimo 1mm na cor do melamínico, coladas no sistema *hot-melt* e fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008.

9.CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO A

Características principais:

- Cadeira giratória;
- Apóia-braços;
- Encosto de espaldar médio;
- Rodízios normais de duplo giro.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 500 mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 430 mm

Largura do assento: mínimo 460 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Encosto de espaldar médio, revestido com tecido 100% poliéster, na cor preta, com carenagem texturizada em polipropileno injetado ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro de alta resistência a impactos. Reforço metálico estrutural para o encosto, estampado em chapa ou tubo de aço SAE 1020 com 2,65 mm de espessura. Estrutura de união do encosto e assento com regulagem de altura de no mínimo 05 posições pré-definidas, confeccionada em lâmina ou tubo de aço SAE 1020, com espessura mínima de 6 mm e largura mínima de 70 mm, ambos com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Espuma anatômica de poliuretano com no mínimo 40 mm de espessura, com densidade de 50 a 55 kg/m³ e 100% reciclável.

Assento injetado em polipropileno ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de no mínimo 40mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³, 100% reciclável e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta.

Mecanismo de reclinção com placa superior em chapa de aço SAE 1020 de no mínimo 3mm de espessura, corpo injetado em liga de alumínio sob pressão e regulagem com movimento sincronizando na relação 2:1, tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com pintura eletrostática na cor preta. Travamento do conjunto estofado em cinco posições diferentes, dispondo de sistema de liberação do mecanismo tipo anti-impacto impedindo o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Regulagem de pressão da mola do sistema de reclinção com manípulo de empunhadura, injetada em polipropileno, e alavancas de acionamento do mecanismo e sistema pneumático independentes, com manípulo injetado em polipropileno. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polipropileno.

Coluna a gás confeccionada em aço SAE 1020 tubular, com pintura eletrostática, na cor preta, resistente à corrosão e com conificação 1°26' na parte inferior para encaixe na base giratória. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas, curso de regulagem de no mínimo 100mm, confeccionada em aço SAE 1045 e com conificação 1°26' na parte superior para encaixe no suporte de fixação do assento da cadeira. Bucha guia interna em POM (Poli Oxi Metileno), copolímero composto de alta dureza e rigidez e excelentes propriedades deslizantes. Resistência a esforços de pressão de até 300N.

Base giratória, com cinco hastes equidistantes, fabricadas em tubo ou chapa estampada e dobrada de aço SAE 1020 (25x25x1,5 a 2,0mm), sistema de fixação dos rodízios conformado por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência às cargas estáticas sobre o assento. Hastes unidas por solda a tubo central fabricado em aço SAE 1020 (57 x 3 mm). Reforçada por anel de estruturação feita em aço SAE 1020 (90 x 3 mm), com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso e acabamento em pintura

eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Base revestida por capa injetada em polipropileno de alta resistência a abrasão e impactos 100% reciclável. Rodízios de duplo giro, injetados em material termoplástico, com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço, duas rodas injetadas em termoplástico com 50 mm de diâmetro.

Apóia-braço em formato “T” com regulagem de altura em no mínimo 03 posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impacto e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento de altura através de botão.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

10. CADEIRA DE INTERLOCUTOR MODELO A

Características principais:

- Cadeira fixa;
- Encosto de espaldar médio.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 500 mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 430 mm

Largura do assento: mínimo 460 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Cadeira de diálogo fixa espaldar médio, do tipo interlocutor.

Encosto de espaldar médio, revestido com tecido 100% poliéster na cor preta, com carenagem texturizada em polipropileno injetado ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro de alta resistência a impactos. Reforço metálico estrutural para o encosto, estampado em chapa ou tubo de aço SAE 1020 com 2,65 mm de espessura. Estrutura de união do encosto e assento fixa, sem regulagem de altura, confeccionada em lâmina ou tubo de aço SAE 1020 com espessura mínima de 6 mm e largura mínima de 70 mm, ambos com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Espuma anatômica de poliuretano com no mínimo 40 mm de espessura, com densidade de 50 a 55 kg/m³ e 100% reciclável.

Assento injetado em polipropileno ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro,

de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de no mínimo 40mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³, 100% reciclável e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta.

Base com 04 (quatro) pés em aço com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com no mínimo 3 mm de espessura soldada na estrutura, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática na cor preta.

Apóia-braço injetado em poliuretano expandido de 235x94x39mm com alma interna em aço SAE 1020 de 3,18mm de espessura e fixado à estrutura através de parafuso M6 x 16 mm.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

11. MESA DE REUNIÃO REDONDA

Característica principal:

- Tampo em formato circular.

Dimensões:

Altura das superfícies: 730mm

Raio: 600mm

Especificações técnicas:

Tampo em formato circular para reuniões, em madeira aglomerada com resina fenólica, partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm, revestimento laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, bordas arredondadas fita de PVC com 2,5 a 3 mm, com alta resistência a impacto, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*. Fixação à estrutura através de parafusos específicos para madeira.

Estrutura metálica, tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Coluna central em tubo de aço de diâmetro 4” e 1,5 mm de espessura, travessa superior em tubo de aço, travessas inferiores com 5 tubos elípticos de aço equidistantes entre elas, sem uso de ponteiros plásticas.

Sapatas reguláveis, injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impacto e abrasão.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

12. MESA DE REUNIÃO 2400 mm

Características principais:

- Tampo inteiriço em formato retangular;
- Comprimento 2400mm.

Dimensões:

Largura: 2400mm

Profundidade: 1200 mm

Altura das superfícies: 730mm

Especificações técnicas:

Tampo inteiriço em formato retangular em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, com bordas arredondadas fita de PVC com 2,5mm a 3 mm de espessura, alta resistência a impacto, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*. Fixação à estrutura através de parafusos e buchas metálicas.

Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Travessa superior em tubo de aço e travessa inferior de tubo de aço elíptico. Sapatas reguláveis com rosca e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impacto e abrasão.

Painel frontal em madeira, aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina e espessura de 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda de no mínimo 1mm coladas pelo sistema *hot-melt* e fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

13. MESA DE REUNIÃO 3000 mm

Características principais:

- Tampo segmentado em formato retangular;
- Comprimento 3000mm.

Dimensões:

Largura: 3000 mm

Profundidade: 1200 mm

Altura das superfícies: 730 mm

Especificações técnicas:

Tampo inteiriço em formato retangular em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina, espessura de 25 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, com bordas arredondadas fita de PVC com 2,5mm a 3 mm de espessura, alta resistência a impacto, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*. Fixação à estrutura através de parafusos e buchas metálicas.

Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Travessa superior em tubo de aço e travessa inferior de tubo de aço elíptico. Sapatas reguláveis com rosca e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impacto e abrasão.

Painel frontal em madeira, aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina e espessura de 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda de no mínimo 1mm coladas pelo sistema *hot-melt* e fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

14. MESA RETANGULAR INDIVIDUAL

Característica principal:

- Mesa de trabalho com tampo no formato retangular.

Dimensões:

Largura: 1600mm

Profundidade: 600mm

Altura: 730mm

Especificações técnicas:

Tampo inteiriço em formato retangular, tipo autoportante, em madeira aglomerada com resina fenólica, partículas de granulometria fina com espessura de 25 mm e revestimento laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces. Bordas retas encabeçadas com fita de borda de PVC de 2,5mm a 3 mm na parte frontal e bordas nas laterais, fita de borda de PVC de 1,5 mm na mesma cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Fixação à estrutura através de buchas metálicas e parafusos e guia para passagem de cabos com tampa removível, injetado em polietileno.

A estrutura metálica lateral deve receber tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Estrutura fixada ao tampo através de parafuso específico para madeira.

Fixação de painéis frontais através de parafuso específico para madeira.

Painel frontal em madeira aglomerada, resina fenólica, com partículas de granulometria fina, espessura com 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda no mínimo de 1mm na cor do melamínico colada pelo sistema *hot-melt*, fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Painel frontal em madeira, aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina e espessura de 18 mm. Revestimento laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, na cor argila, encabeçada na parte inferior com fita de borda de no mínimo 1mm coladas pelo sistema *hot-melt* e fixado à estrutura através de parafuso específico para madeira.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

15. MESA MODELO B

Característica principal:

- Tampo de mesa reto.

Dimensões:

Largura: 2000 mm

Profundidade: 1000 mm

Altura: 730mm

Especificações técnicas:

Tampo de mesa reto confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué, com espessura de 30mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação.

Pés tipo painel confeccionados em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, com espessura de 56 mm, com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão, e perfil alumínio decorativo 21 mm de largura com acabamento inox escovado. Sapatas niveladoras do piso injetadas em polipropileno com rosca M6. União entre tampo e pés estruturado por suporte metálico, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, fixados por parafusos.

Painel frontal em chapa de madeira aglomerada MDP com revestimento melamínico na cor preta, com espessura de 25mm, com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13966:2008 ou versão mais recente.

16. CADEIRA COM RODÍZIOS MODELO B

Características principais:

- Cadeira giratória;
- Apóia-braços;
- Encosto de espaldar alto;
- Apoio de cabeça incorporado ao encosto ou independente;
- Rodízios normais de duplo giro.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 500 mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 550 mm

Largura do assento: mínimo 460 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Encosto de espaldar médio, revestido em couro natural na cor preta, com carenagem texturizada em polipropileno injetado ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro de alta resistência a impactos. Reforço metálico estrutural para o encosto, estampado em chapa ou tubo de aço SAE 1020 com 2,65 mm de espessura. Estrutura de união do encosto e assento com regulagem de altura de no mínimo 05 posições pré-definidas, confeccionada em lâmina ou tubo de aço SAE 1020, com espessura mínima de 6 mm e largura mínima de 70 mm, ambos com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Espuma anatômica de poliuretano com no mínimo 40 mm de espessura, com densidade de 50 a 55 kg/m³ e 100% reciclável.

Assento injetado em polipropileno ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de no mínimo 40mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³, 100% reciclável e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Revestimento em couro natural na cor preta.

Mecanismo de reclinção com placa superior em chapa de aço SAE 1020 de no mínimo 3mm de espessura, corpo injetado em liga de alumínio sob pressão e regulagem com movimento sincronizando na relação 2:1, tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com pintura eletrostática na cor preta. Travamento do conjunto estofado em cinco posições diferentes, dispondo de sistema de liberação do mecanismo tipo anti-impacto impedindo o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Regulagem de pressão da mola do sistema de reclinção com manípulo de empunhadura, injetada em polipropileno, e alavancas de acionamento do mecanismo e sistema pneumático independentes, com manípulo injetado em polipropileno. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polipropileno.

Coluna a gás confeccionada em aço SAE 1020 tubular, com pintura eletrostática na cor preta, resistente à corrosão e com conificação 1°26' na parte inferior para encaixe na base giratória. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas, curso de regulagem de no mínimo 100mm, confeccionada em aço SAE 1045 e com conificação 1°26' na parte superior para encaixe no suporte de fixação do assento da cadeira. Bucha guia interna em POM (Poli Oxi Metileno), copolímero composto de alta dureza e rigidez e excelentes propriedades deslizantes. Resistência a esforços de pressão de até 300N.

Base giratória, com cinco hastes equidistantes, fabricadas em tubo ou chapa estampada e dobrada de aço SAE 1020 (25x25x1,5 a 2,0mm), sistema de fixação dos rodízios conformado por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência às cargas estáticas sobre o assento. Hastes unidas por solda a tubo central fabricado em aço SAE 1020 (57 x 3 mm). Reforçada por anel de estruturação feita em

aço SAE 1020 (90 x 3 mm) com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Base revestida por capa injetada em polipropileno de alta resistência a abrasão e impactos 100% reciclável. Rodízios de duplo giro, injetados em material termoplástico, com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço, duas rodas injetadas em termoplástico com 50 mm de diâmetro.

Apóia-braço em formato “T” com regulagem de altura em no mínimo 03 posições, com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impacto e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento de altura através de botão.

Apoio de cabeça incorporado ou independente em espuma anatômica de poliuretano com no mínimo 40 mm de espessura, com densidade de 50 a 55 kg/m³ e 100% reciclável e revestimento em couro natural na cor preta.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

17. CADEIRA DE INTERLOCUTOR MODELO B

Características principais:

- Cadeira fixa;
- Encosto de espaldar médio.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 500 mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 430 mm

Largura do assento: mínimo 460 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Cadeira de diálogo fixa espaldar médio, do tipo interlocutor.

Encosto de espaldar médio, revestido em couro natural na cor preta, com carenagem texturizada em polipropileno injetado ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro de alta resistência a impactos. Reforço metálico estrutural para o encosto, estampado em chapa ou tubo de aço SAE 1020 com 2,65 mm de espessura. Estrutura de união do encosto e assento fixa, sem regulagem de altura, confeccionada em lâmina ou tubo de aço SAE 1020 com espessura mínima de 6 mm e largura mínima de 70 mm, ambos com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada

por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Espuma anatômica de poliuretano com no mínimo 40 mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³ e 100% reciclável.

Assento injetado em polipropileno ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de no mínimo 40mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³, 100% reciclável e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Revestimento em couro natural na cor preta.

Base com 04 (quatro) pés em aço com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com no mínimo 3 mm de espessura soldada na estrutura, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática na cor preta.

Apóia-braço injetado em poliuretano expandido de 235x94x39mm com alma interna em aço SAE 1020 de 3,18mm de espessura e fixado à estrutura através de parafuso M6 x 16 mm.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

18. GAVETEIRO MODELO B

Características principais:

- Gaveteiro com 3 gavetas;
- Rodízios de duplo giro.

Dimensões:

Largura: 500 mm
Profundidade: 500 mm
Altura: 650 mm

Especificações técnicas:

Tampo reto do gaveteiro, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué, com espessura de, no mínimo, 3 cm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, perfil alumínio decorativo com acabamento inox escovado, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação.

Corpo do gaveteiro confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, em ambas as faces, com espessura de 18mm, e fita de borda em lâmina de material termoplástico de mesmo padrão.

Frente das gavetas confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, padrão tingimento na cor wengué, com espessura de 18mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação, laterais e fundo das gavetas em MDP melamínico de 18 mm de espessura, e base da gaveta em MDF de 6mm de espessura com revestimento melamínico preto na face superior.

Sistema de travamento da gaveta através de haste de aço resistente a tração com acionamento frontal através de fechadura com chave de alma interna com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado e sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário.

Corrediças das gavetas confeccionadas em aço laminado SAE 1020 e sistema de haste telescópica, facilitando o acesso a todo o espaço interno das gavetas. Fixadas ao corpo do gaveteiro através de parafuso para madeira.

Rodízios de duplo giro embutido na base do gaveteiro, com rodas injetadas em silicone.

Gavetas com puxadores em alumínio na forma de “C”.

Variação máxima permitida de 5% nos dimensionais.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

19. ARMÁRIO BAIXO (APARADOR) MODELO B

Características principais:

- Armário baixo com quatro portas;
- Divisões internas e uma prateleira.

Dimensões:

Largura: 2000mm
Profundidade: 550 mm
Altura: 730 mm

Especificações técnicas:

Armário baixo com quatro portas com dobradiças, com divisões internas e uma prateleira.

Tampo do armário, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com

acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué, com espessura de 30mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, perfil alumínio decorativo com acabamento inox escovado, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação.

Prateleiras com espessura de 18 mm, laterais de 30 mm, fundo e base de 18 mm, confeccionadas em MDP, com revestimento melamínico na cor preta, e com fita de borda de material termoplástico de mesmo padrão.

Portas de 18 mm de espessura, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué, com dobradiça tipo caneco, sem mola, confeccionada em aço de alta resistência, regulação horizontal livre, ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110° para portas com recobrimento total, com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, acabamento niquelado e puxadores em alumínio na forma de “C”.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

20. MESA DE CENTRO MODELO B

Característica principal:

- Mesa de centro com tampo superior em vidro.

Dimensões:

Largura: 1200mm

Profundidade: 600mm

Altura: 350mm

Especificações técnicas:

Mesa de centro com tampo superior em vidro plano *float* ou de melhor qualidade, cantos em lapidação boleada, incolor, transparente, de 19 mm de espessura e boa resistência a impacto.

Tampo inferior em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulométrica fina, com espessura de 25 mm, densidade média de 600 kg/m³.

Chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué.

Bordas retas encabeçadas com fita em poliestireno e superfície visível lisa, espessura de 2 mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13965 e

NBR13966.

Tampo inferior fixado à estrutura através de parafusos específicos para madeira; tampo superior fixado através de suportes totalmente em aço inoxidável com grande resistência mecânica e alta resistência à oxidação e fixados à estrutura lateral.

Estrutura metálica confeccionada em tubo de aço SAE 1020(25 x 35 x 1,5 mm), de formato retangular e com travessas de sustentação para tampos inferior e superior, com revestimento cromado e ponteiros de acabamento internas pretas.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

21. MESA DE REUNIÃO MODELO B

Características principais:

- Tampo reto de mesa de reunião retangular;
- Padrão de tingimento na cor wengué.

Dimensões:

Largura: 3200 mm

Profundidade: 1300 mm

Altura: 730 mm

Especificações técnicas:

Tampo reto de mesa reunião retangular, confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP laminado, com acabamento em lâmina natural de madeira em ambas as faces, com padrão tingimento na cor wengué, com espessura de 50mm, com fita de borda em lâmina natural de mesmo padrão do tampo, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação.

Pé tipo painel confeccionado em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, com espessura de 56 mm, com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão, e perfil alumínio decorativo com acabamento inox escovado.

Sapatas niveladoras do piso injetadas em polipropileno.

União entre tampo e pés estruturado por suporte metálico, com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, fixados por parafusos.

Painel frontal em chapa de madeira aglomerada MDP, com revestimento melamínico na cor preta, com espessura mínima de 18 mm, e com fita de borda em material termoplástico de mesmo padrão.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

22. SOFÁ DE 01 LUGAR

Característica principal:

- Sofá de um lugar revestido em couro ecológico.

Dimensões:

Altura total: 830 mm

Profundidade total: 800 mm

Altura do assento: 450 mm

Largura total: 780 mm

Especificações técnicas:

Sofá de um lugar em linhas retas com revestimento em couro ecológico, na cor café, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 93.2% de PVC e 6.8% de poliuretano ou de melhor qualidade.

A almofada do assento solta é composta por uma camada de espuma laminada D-26 Soft com 14 cm de espessura, e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada 23 Soft e HS71 com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser utilizada uma camada de fibra 2TB150 e o encosto com inclinação de 102°.

Toda a armação em madeira selecionada de eucalipto e compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro da haste de 50 mm, sapatas de 70 mm e feltro sem regulagem.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

23. SOFÁ DE 02 LUGARES

Característica principal:

- Sofá de dois lugares revestido em couro ecológico.

Dimensões:

Altura total: 830 mm
Profundidade total: 800 mm
Altura do assento: 450 mm
Largura total: 1.350 mm

Especificações técnicas:

Sofá de dois lugares em linhas retas com revestimento em couro ecológico, na cor café, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 93.2% de PVC e 6.8% de poliuretano ou de melhor qualidade.

A almofada do assento solta é composta por uma camada de espuma laminada D-26 Soft com 14 cm de espessura, e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada 23 Soft e HS71, com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser utilizada uma camada de fibra 2TB150 e o encosto com inclinação de 102°.

Toda a armação em madeira selecionada de eucalipto e compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro da haste de 50 mm, sapatas de 70 mm e feltro sem regulagem.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

24. SOFÁ DE 03 LUGARES

Característica principal:

- Sofá de três lugares em linhas retas revestido em couro ecológico.

Dimensões:

Altura total: 830 mm
Profundidade total: 800 mm
Altura do assento: 450 mm
Largura total: 1.900 mm

Especificações técnicas:

Sofá de três lugares em linhas retas com revestimento em couro ecológico, na cor café, composto a base em 50% de algodão e 50% poliéster e a superfície com 93.2% de PVC e 6.8% de

poliuretano ou de melhor qualidade.

A almofada do assento solta é composta por uma camada de espuma laminada D-26 Soft com 14 cm de espessura, e o encosto fixo com uma camada de espuma laminada 23 Soft e HS71, com 10 cm de espessura. Para maior conforto, deverá ser utilizada uma camada de fibra 2TB150 e o encosto com inclinação de 102°.

Toda a armação em madeira selecionada de eucalipto e compensado de pinos, com cintas elásticas, grampos galvanizados, pés cromados com altura de 14 cm, diâmetro da haste de 50 mm, sapatas de 70 mm e feltro sem regulagem.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

25. CADEIRA DE REUNIÃO

Características principais:

- Regulagem de altura do assento;
- Base giratória;
- Espaldar médio;
- Rodízio de duplo giro;
- Apóia-braços.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 500 mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 430 mm

Largura do assento: mínimo 460 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Encosto de espaldar médio, estruturado em polipropileno injetado na cor preta, com acabamentos injetados no mesmo material, revestido com tecido tipo tela na cor preta, e apoio lombar fixo, injetado em espuma de poliuretano semirrígida.

Estrutura de união do encosto e assento fixa, sem regulagem de altura, confeccionada em lâmina ou tubo de aço SAE 1020 com espessura mínima de 6 mm e largura mínima de 70 mm, ambos com tratamento térmico e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Assento injetado em polipropileno ou em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de no mínimo 40mm de espessura, com densidade de 50 a 55kg/m³, 100% reciclável e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta.

Mecanismo de regulagem de altura do assento, com placa base em aço SAE 1020 com no mínimo 3 mm de espessura, alavanca de acionamento fabricada em aço SAE 1020, acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa e manípulo de empunhadura injetado em polipropileno.

Conjunto fixado ao assento através de porca de garra estampada em aço carbono galvanizado e parafuso M6, e encaixado à coluna a gás confeccionada em aço SAE 1020 tubular com pintura eletrostática, com pistão pressurizado Classe 4, que oferece resistência à esforços de até 300N e propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas, curso de regulagem de 100 mm, confeccionado em aço SAE 1045 e com conificação tipo Morse (1°26') na parte superior para encaixe no suporte de fixação do assento da cadeira. Bucha guia interna em POM (Poli Oxi Metileno), copolímero composto de alta dureza e rigidez com deslizamento. Resistência a esforços de pressão de até 300N.

Base giratória, com cinco hastes equidistantes, fabricadas em tubo ou chapa estampada e dobrada de aço SAE 1020 (25x25x1,5 a 2,0mm) sistema de fixação dos rodízios conformado por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência às cargas estáticas aplicadas. Hastes unidas por solda a tubo central fabricado em aço SAE 1020 (57 x 3 mm). Reforçada por anel de estruturação feita em aço SAE 1020 (90 x 3 mm), com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Base revestida por capa injetada em polipropileno de alta resistência a abrasão e impactos, 100% reciclável. Rodízios de duplo giro, injetados em material termoplástico, com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço, duas rodas injetadas em termoplástico com 50 mm de diâmetro.

Apóia-braço em formato “T” com regulagem de altura em no mínimo 03 posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impacto e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento de altura através de botão.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente

26. CADEIRA MULTIUSO (cadeira de espera, de refeitório, de auditório, etc):

Características principais:

- Cadeira fixa;
- Sapatas deslizantes com função de união das cadeiras.

Dimensões:

Deverão atender ao disposto na NBR 13962 e possuir:

Altura da superfície do assento: 420 a 460mm

Altura da borda superior do encosto: mínimo 430 mm

Largura do assento: mínimo 440 mm

Largura do encosto: mínimo 400 mm

Especificações técnicas:

Encosto em concha de polipropileno na cor preta, com carga de fibra de vidro injetado, de alta resistência mecânica e pigmento antirraios ultravioletas, 100% reciclável, encaixado ao suporte metálico da estrutura da cadeira, com braços.

Assento em concha de polipropileno na cor preta, com carga de fibra de vidro injetado, de alta resistência mecânica e pigmento antirraios ultravioletas, montado ao encosto através de encaixe entre ambas as peças, e com capa inferior parafusada ao assento, injetada no mesmo material, 100% reciclável.

Estrutura metálica em aço trefilado maciço SAE 1020 Ø 7/16", tratamento anticorrosivo e acabamento por eletrodeposição de cromo e níquel, com camada média de 5 microns. Travessas estruturais no mesmo material e acabamento, soldadas à estrutura.

Sapatas deslizantes injetadas em polietileno na cor cristal, com função de união das cadeiras por meio de encaixe (ou dispositivo de união em peças separadas), sem necessidade de parafusos.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR 13962:2006 ou versão mais recente.

27. ARMÁRIO TIPO GUARDA-ROUPA

Características principais:

- Armário de aço em módulo de 04 (quatro) portas, tipo guarda-roupa;
- Modulado com dois ganchos para dois cabides de poliuretano por compartimento duplo.

Dimensões:

Largura: 1200 mm
Profundidade: 410mm
Altura: 1980mm

Especificações técnicas:

Corpo e prateleiras em chapa de aço perfil #20 com estrutura reforçada, compartimentos duplos.

Portas em chapa de aço perfil #20 com reforço interno e mínimo de quatro venezianas de ventilação.

Dobradiças metálicas, internas e antivolação.

Fechadura com chave e dispositivos para cadeado.

Tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas NBR da ABNT 13960, BS 5811(resistência à abrasão), ASTM G 53 50h (solidez da cor à luz), AATCC 8 (solidez da cor à fricção), NBR 12666, NR17.

28. ESTANTE DE AÇO

Características principais:

- Estante de aço com 08 (oito) prateleiras.

Dimensões:

Largura: 1000mm

Profundidade: 410 mm

Altura: 1980mm

Especificações técnicas:

Estante com 08 prateleiras, aptas a suportar 100 kgf/ prateleira (uniformemente distribuídos).

Aberta nos fundos e laterais.

Colunas: elementos estruturais com furação oblonga com espaçamento de 50 a 50mm, com sapatas formados por perfis “L” 54 mm x 34 mm x 2.00 mm de espessura. (Chapa 14).

Prateleiras: oito elementos estruturais formados por perfis 920 mm x 420 mm x 0.90 mm de espessura com um reforço ômega (para 100kgf/plano). (Chapa 20).

Divisores: elementos estruturais formados por perfis “U” 200 mm x 420 mm x 0.60 mm. (Chapa 24).

Tratamento das superfícies: todas as peças devem receber tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática realizada por processo automatizado em tinta pó, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto da ABNT de acordo com as normas da ABNT 13960, BS 5811(resistência à abrasão), ASTM G 53 50h (solidez da cor à luz), AATCC 8 (solidez da cor à fricção), NBR 12666, NR17.

29. GAVETEIRO VOLANTE COM TRÊS GAVETAS

Características principais:

- 02 (duas) gavetas médias/rasas;
- 01 (uma) gaveta para pasta suspensa;
- Rodízios de duplo giro.

Dimensões:

Largura: 400mm
Profundidade: 500mm
Altura: 590mm (H)

Especificações técnicas:

Gaveteiro volante com rodízios e com três gavetas.

A gaveta da pasta suspensa deverá ter medidas internas mínimas de Altura: 265 mm; Largura: 385 mm.

Corpo do gaveteiro em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão ambas as faces na cor argila, encabeçado com bordas retas e fita PVC com espessura mínima de 1mm de alta resistência a impactos, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Tampo em madeira aglomerada com resina fenólica, com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Laterais e fundos das gavetas em chapa de aço SAE 1010/1020 com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso, com acabamento em pintura eletrostática, na cor preta, de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.

Frentes das gavetas em madeira aglomerada com resina fenólica com partículas de granulometria fina de 18mm de espessura revestido com laminado melamínico, na cor argila, de baixa pressão em ambas as faces, encabeçado com bordas retas e fita PVC 2,5mm a 3,0mm na parte frontal e nas demais arestas com bordas retas e fita de PVC de 1,5mm com alta resistência a impactos, na cor do laminado, coladas pelo sistema *hot-melt*.

Sistema de travamento da gaveta com haste de aço resistente à tração, com acionamento frontal fechadura/chave.

Corrediça telescópicas providas de rolamento de esferas de aço.

Puxadores metálicos embutidos em forma retangular na cor prata fosco.

Rodízios na base do gaveteiro de duplo giro injetado em poliamida, com carga de fibra de vidro resistente ao peso, presos ao gaveteiro através de buchas metálicas e parafusos.

Garantia mínima de 05 anos dada pelo fabricante.

Apresentar para este item certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT de acordo com as normas NBR 13961:2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/SC

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(REF PREGÃO ELETRÔNICO 5/2016 – SR/PF/SC)

Item	Especificação	Qtd	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Armário alto com portas e prateleiras	302		
2	Armário baixo com 2 portas	175		
3	Armário alto semiaberto	131		
4	Gaveteiro volante com 4 gavetas	359		
5	Painel divisório panorâmico 140cm	53		
6	Painel divisório panorâmico 160cm	54		
7	Mesa autoportante	169		
8	Mesa península	100		
9	Cadeira com rodízios	640		
10	Cadeira de interlocutor (fixa)	294		
11	Mesa de reunião redonda	25		

12	Mesa de reunião retangular 2,4m	17		
13	Mesa de reunião retangular 3,0m	13		
14	Mesa retangular individual	69		
15	Mesa	39		
16	Cadeira com rodízios (couro preto)	153		
17	Cadeira de interlocutor (fixa, couro preto)	124		
18	Gaveteiro (3 gavetas)	70		
19	Armário baixo (4 portas)	40		
20	Mesa de centro com tampo em vidro	23		
21	Mesa de reunião retangular	8		
22	Sofá de 1 lugar - couro ecológico cor café	64		
23	Sofá de 2 lugares - couro ecológico cor café	73		
24	Sofá de 3 lugares - couro ecológico cor café	93		
25	Cadeira de reunião (giratória, apóia-braços)	223		
26	Cadeira multiuso (fixa, sapatas deslizantes)	401		
27	Armário tipo guarda-roupa (4 portas)	136		
28	Estante de aço (8 prateleiras)	316		
29	Gaveteiro (3 gavetas com pasta suspensa)	50		



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

AVISO IMPORTANTE

Conforme Acórdão TCU n. 754/2015 – Plenário, a Administração Pública está obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 7º. Da Lei 10.520/2002.

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências habilitatórias contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõe dos documentos exigidos.

E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, **evitar propostas com valores inexecutáveis**, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão do pregão.





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 025/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 005410-59.2016.4.01.8004

A Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária da Bahia, por intermédio do Pregoeiro **Soloney Lopes Valois**, designado pela Portaria 657 de 16 de novembro de 2006, e reconduzido pela Portaria nº 139, de 27 de agosto de 2015, da Diretoria do Foro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e de conformidade com as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto n. 5.450/2005, Decreto n. 7.892/2013, Lei Complementar n. 123/2006 e, subsidiariamente, Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei n. 12.846/2013, Instrução Normativa n. 02/2010 – MPOG, demais normas que regem a matéria independente de transcrição e **Processo Administrativo n. 005410-59.2016.4.01.8004**

1 – DA ABERTURA

1.1 No dia, hora e local abaixo indicados se fará a abertura do certame:

DATA: 26 de agosto de 2016 HORA: 14:00 H (HORÁRIO DE BRASÍLIA) LOCAL: Sítio www.comprasnet.gov.br .
--

1.2 Não havendo expediente na data marcada ou na impossibilidade de abertura da sessão, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

2 - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo II deste Edital.

2.1.1 Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no comprasnet e aquelas constantes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

2.2 Constituem anexos do presente Edital:

- a) Anexo I - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- b) Anexo II - Termo de Referência;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

- d) Anexo IV – Modelo constante do Anexo IV da IN da SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (a ser utilizado pela licitante vencedora que seja optante do SIMPLES NACIONAL, desde que não se enquadre nas vedações dos arts. 17 e 30 da Lei Complementar n. 123/2006);
- e) Anexo V – Modelo de Declaração (dissolução, fusão, cisão ou incorporação).

3 – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 O órgão gerenciador será a Justiça Federal da Bahia.

3.2 Não será divulgada a Intenção de Registro de Preços, por meio do sistema disponibilizado pelo Comprasnet, conforme justificativa apresentada no item 11 do Anexo II – Termo de Referência.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste PREGÃO as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, apresentem os documentos nele exigidos e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Site www.comprasnet.gov.br.

4.2 A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

4.3 Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

4.4 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.

4.5 Não poderão participar desta licitação:

4.5.1 Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

4.5.2 Empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

- 4.5.3 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.5.4 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.5.5 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- 4.5.6 Empresa que tenha sido suspensa de participar de licitações e impedida de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993, conforme posicionamento do Tribunal de Contas da União. O que significa dizer que a licitante não poderá contratar com a Justiça Federal da Bahia, caso a sanção administrativa relativa ao citado dispositivo tenha sido imposta por esta Administração;
- 4.5.7 Empresa que tenha sido impedida de licitar e de contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 ou do art. 28 do Decreto n. 5.450/2005;
- 4.5.8. Empresa que tenha entre seus empregados, colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução n. 156/2012, CNJ.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá se credenciar no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.comprasnet.gov.br.

5.1.1 O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

6 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

6.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor total para o item cotado, no período de 08 horas de 12 de agosto de 2016 às 14 horas de 26 de agosto de 2016 (HORÁRIO DE BRASÍLIA), exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.1.1 A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.2 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3.1 O pregoeiro poderá estipular prazo para manifestação ou esclarecimento do licitante, via chat.

6.3.2 A pedido do licitante – via chat e justificadamente, o prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, levando-se em conta o interesse desta SJBA, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

6.4 A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

6.5 Nas propostas a serem enviadas posteriormente, quando do envio de documentação original pelo licitante vencedor, deverão constar:

- a) Preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- b) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros (excluído apenas na contratação de serviços de transporte de bens), taxas, embalagens, montagens e outras despesas necessárias ao completo fornecimento dos itens;
- c) Especificação clara, completa e minuciosas, com detalhes, dos itens ofertados, inclusive marca, modelo, tipo e referência, se for o caso, observadas as especificações mínimas contidas neste Edital;
- d) Não serão aceitos valores com mais de 02 (dois) dígitos decimais;





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

- e) Prazo de garantia do fabricante contra defeito de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo dos produtos;
- f) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;
- g) Prazo de validade da proposta, sendo o mínimo aceitável de 60 (sessenta) dias. Em caso de omissão, será considerada válida por 60 dias;
- h) Apresentar documento a parte, devidamente assinado por responsável, o nome, CNPJ, telefone e endereço da empresa que prestará a assistência técnica, **se for o caso**, no local da entrega, durante o prazo de garantia. Caso a licitante seja a própria responsável pela assistência deve declarar-se como tal;

6.6 Não sendo emitida a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da proposta vencedora esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias se o proponente, consultado pela Justiça Federal, assim concordar.

6.7 É obrigatório informar a marca dos produtos ofertados, se for o caso.

6.8. As cópias digitalizadas da proposta vencedora (ajustada ao último lance ofertado) e dos demais documentos exigidos para habilitação serão enviadas como anexo da proposta no ambiente próprio do pregão no site www.comprasnet.gov.br no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contado da convocação via *chat*. Em caso de dificuldade causada por problemas técnicos, o Pregoeiro **poderá** receber a documentação através do endereço eletrônico pregoesjfba@trf1.jus.br. Os originais ou cópias autenticadas (por meio de cartório competente) deverão ser enviados no prazo de 05 (cinco) dias úteis para o endereço: JUSTIÇA FEDERAL DA BAHIA, FÓRUM TEIXEIRA DE FREITAS, SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIO (SELIT), AV. ULISSES GUIMARÃES, 2.799, 3º ANDAR DO PRÉDIO SEDE, SUSSUARANA, SALVADOR/BA, CEP: 41.213-970.

6.8.1 O descumprimento desses prazos poderá levar à desclassificação do vencedor.

6.8.2 A ausência de envio de originais ou cópias autenticadas (por meio de cartório competente) impedirá - conforme o caso - a emissão da nota de empenho ou a assinatura da Ata. Além disso, promoverá o cancelamento da homologação do presente certame. E, em razão dos transtornos causados à Administração, também ensejará a aplicação de penalidades legais ao licitante vencedor.

6.9 Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aberto o certame, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto no Edital.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

6.10 O licitante, no momento da elaboração e envio da proposta, também deverá enviar, eletronicamente, via sistema, as seguintes declarações:

- a) Inexistência em seu Quadro de Pessoal de empregado nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n. 9.854/99;
- b) Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;
- c) Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- d) Cumpre os requisitos à qualificação de Microempresa (ME) e ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), se for o caso;
- e) Elaboração Independente de Proposta.

6.11 Qualquer proposta de modificação das especificações originais será desconsiderada, ficando a empresa obrigada a fornecer o produto de acordo com o constante no Edital.

6.12 O licitante deverá, obrigatoriamente, descrever no campo “descrição detalhada do objeto ofertado” disponível no sistema, a especificação do item oferecido, sob pena de desclassificação, caso não contenha a respectiva descrição do produto, em conformidade com o objeto da licitação.

6.12.1 A proposta original (escrita), a ser encaminhada posteriormente, deverá conter os dados descritos no subitem 6.5.

6.13 Ocorrendo alguma das hipóteses de que tratam os art. 17 e 30 da Lei Complementar 123/2006, será vedada à licitante (optante do SIMPLES NACIONAL) a utilização dos benefícios do regime tributário diferenciado para elaboração da sua proposta de preços. Em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória do SIMPLES NACIONAL, nos termos dos artigos 30, II, e 31, II, da referida Lei Complementar, conforme já decidido em Plenário do TCU, no Acórdão 2.510/2012.

6.14 Sendo a vencedora optante do SIMPLES NACIONAL deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012, sob pena de ficar sujeito ao regime normal de tributação. Este subitem só diz respeito às empresas que não explorem as atividades constantes do art. 17 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo as exceções previstas no § 1º do referido artigo.

6.15 No início ou no curso da Ata/Contrato, se a Contratada incorrer em qualquer das situações de vedação previstas no art. 30, II, III ou IV, da Lei Complementar n. 123/2006, não poderá continuar se valendo dos benefícios do regime tributário diferenciado, neste caso, deverá comunicar a sua exclusão à Secretaria da Receita Federal no prazo estabelecido no § 1º do referido artigo.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

6.15.1 Ocorrendo a hipótese prevista no item acima, a Contratada deverá entregar à Justiça Federal cópia (com identificação de recebimento) da comunicação enviada à Secretaria da Receita Federal, no prazo de 5 (cinco) dias da data da referida entrega.

6.15.2 Ultrapassados os prazos previstos no art. 30, § 1º, da Lei Complementar n. 123/2006, sem que a Contratada comunique à Secretaria da Receita Federal a sua exclusão, a Justiça Federal oficializará o fisco a respeito da mencionada omissão.

7 - DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 O início da Sessão Pública, via sistema eletrônico (internet), será na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto n. 5.450/2005, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com a cláusula sexta e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações de fornecimento de material detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2 Durante a etapa dos lances não será possível a identificação dos participantes, nem os autores dos menores lances. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará na desclassificação da proposta.

7.3 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 Os lances serão ofertados pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

7.3.2 No caso de itens agrupados em lotes, na fase de lances, muito embora a classificação final seja pelo VALOR TOTAL DO LOTE, a disputa será POR ITEM. A cada lance ofertado (POR ITEM), o sistema atualizará automaticamente o VALOR TOTAL DO LOTE, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR TOTAL DO LOTE.

7.4 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.4.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

7.5 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

7.6 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.7 A etapa de lances será encerrada pelo Pregoeiro mediante aviso de seu fechamento iminente enviado às licitantes por meio do Sistema Eletrônico.

7.8 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do menor preço por item (ou lote de itens) e poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor para que seja obtido preço melhor, bem como poderá declará-la vencedora.

8.2 Após a análise e a aceitação da proposta, enviada via fax ou em original, ou quando for o caso, após negociação e decisão acerca do valor, o Pregoeiro adjudicará o respectivo item (ou lote de itens) à licitante vencedora.

8.3 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item (ou lote de itens) e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3.1 Ocorrendo a hipótese anterior o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

8.4 Após a homologação, os demais licitantes serão convocados para, caso tenham interesse, reduzirem seus preços ao valor da proposta vencedora. Tal procedimento servirá para registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do vencedor, formando o registro de licitantes (ou cadastro de fornecedores), nos termos do disposto nos arts. 10 e 11, do Decreto 7.892/2013.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

8.4.1 O cadastro de fornecedores seguirá a ordem de classificação dos licitantes, a qual será respeitada nas eventuais contratações, obedecendo aos critérios contidos no item 7 deste edital.

8.4.2 O cadastro de fornecedores tem por objetivo a formação de reserva no caso da exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21, do Decreto 7.892/2013.

8.5 Durante a fase de julgamento o Pregoeiro poderá solicitar, se for o caso, amostra/protótipo ou catálogos do(s) produto(s) ofertado(s), o(s) qual(is) deverá(ão) ser apresentado(s). A amostra/protótipo deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 dias (úteis) e os catálogos em 48h, contado da solicitação via chat.

8.5.1 No caso de apresentação de amostra/protótipo este será analisado por esta Seção Judiciária e não sendo aceito o produto, a empresa será comunicada e ser-lhe-á dado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação, para a retirada a amostra das dependências desta Seccional. Ultrapassado o prazo acima referido sem que haja a retirada do bem, a Justiça Federal dará destinação ao mesmo.

8.6 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no subitem 6.8 e no prazo estipulado no mesmo subitem, sem que tenha apresentado justificativa aceita pelo Pregoeiro, terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á às sanções previstas na legislação pertinente.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Todas as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

9.1.1 Relativamente à REGULARIDADE FISCAL exige-se:

9.1.1.1 prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.1.2 prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.1.1.3 Se a empresa participante do certame desejar que um de seus estabelecimentos (filiais ou matriz) execute o futuro contrato, o pregoeiro também deverá verificar a regularidade fiscal de tais estabelecimentos. Para tanto, a licitante deverá comunicar na PROPOSTA COMERCIAL que o objeto licitado será executado pela filial ou matriz, informando o respectivo CNPJ;

9.1.1.4 No curso da sessão, as empresas cadastradas no SICAF terão sua documentação obrigatória confirmada mediante verificação "on line" do Sistema.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

9.1.1.5 Também neste momento, o pregoeiro verificará, por meio de consulta “on line”, a eventual existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros, conforme recomendação contida no ACORDAO 1.793/2011 - TCU – PLENARIO:

9.1.1.5.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.1.5.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.1.5.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.1.7 Consultada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.2 Relativamente à HABILITAÇÃO JURÍDICA exige-se:

9.1.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), em se tratando de empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) ou de sociedade empresária (arts. 1.033, parágrafo único, e 1.150, CC). Para a sociedade por ações deverá também ser apresentado documento de eleição de seus administradores.

9.1.2.2 Para as sociedades simples deverá ser apresentado o ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (art. 1.150, CC), acompanhado de prova da diretoria em exercício.

9.1.3 Relativamente à habilitação ECONÔMICO-FINANCEIRA exige-se:

9.1.3.1 As empresas terão que demonstrar a sua situação financeira mediante os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que, deverão ser maiores que um inteiro (>1). No caso de empresas cadastradas no SICAF, a verificação será feita pelo pregoeiro, mediante consulta ao sistema, no curso da sessão.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

9.1.3.2 Se a empresa apresentar resultado inferior ou igual a um em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverá comprovar, na data da apresentação da documentação, Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da Ata, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei n. 8.666/93.

9.1.3.3 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou de Homologação de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quando a certidão não trazer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 6 (seis) meses, a contar da data de sua emissão;

9.1.3.4 Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que não se encontra em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação.

9.1.4 Relativamente à REGULARIDADE TRABALHISTA exige-se:

9.1.4.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS OU CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalhistas c/c arts. 27, IV e 29, V, da Lei n. 8.666/1993.

9.1.4.2 Valerá a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida, na fase de habilitação dessa licitação, obtida no sítio do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>), por revelar a situação mais atualizada da licitante, ou seja, caso haja mais de uma certidão válida, isto é, dentro do prazo de cento e oitenta dias, prevalecerá o documento de emissão mais recente sobre o mais antigo.

9.1.5 Relativamente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exige-se:

9.1.5.1 Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica e Certificado de Conformidade do Móvel com a **NBR-13966/2008** (mesas em “L”) e 13966/2008 (demais mesas, exceto o gaveteiro), por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo INMETRO ou pela própria ABNT. Os laudos técnicos/relatórios de ensaio devem conter as referências (marca e modelo) ou códigos do produto cotado, o qual deverá constar, também, na proposta e catálogo da empresa. A identificação clara e inequívoca do bem ensaiado é condição essencial para validação do laudo;

9.1.5.2 Apresentação de catálogo dos produtos ofertados, os quais deverão conter as referências dos produtos, próximo à foto;

9.1.5.3 Apresentação de catálogo de cores do laminado de melamínico para escolha da tonalidade, a fim de manter-se o padrão adotado nesta Seccional;

9.1.5.4 Apresentação de documento que comprove o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado de Certificado de Regularidade válido. A consulta do certificado também pode ser feita pelo site http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php. Observar que





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

quem comprova é fabricante do produto;

9.1.5.5 Apresentação de documento devidamente assinado por responsável, o nome, CNPJ, telefone e endereço da empresa que prestará a assistência técnica AUTORIZADA DO FABRICANTE no local da entrega do bem (Salvador e interior), durante o prazo de garantia, ou seja, deverá constar no documento a informação de que a assistência técnica será prestada no interior e Salvador e o nome das empresas que realizarão os serviços. Caso ela seja a própria responsável pela assistência, deve declarar-se como tal;

9.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência. Não serão aceitas cópias ilegíveis.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente da adjudicação do objeto desta licitação correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia, no Programa de Trabalho JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL - JC e natureza de despesa 52.42, os quais também estarão discriminados na respectiva nota de empenho.

10.2 O valor do objeto desta licitação está orçado em **R\$ 625.268,81 (seiscentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos)**.

10.3 O preço da proposta do licitante não deverá ultrapassar o valor orçado, conforme preceitua o art. 40, X, da Lei 8.666/93.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Homologado o resultado da licitação, a empresa vencedora será notificada por e-mail, o qual deverá ser informado em sua proposta comercial, e terá o prazo de 03 (três) dias corridos para assinatura da Ata de Registro de Preços que, publicada na Imprensa Oficial, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 O atraso injustificado na assinatura da Ata de Registro de Preços sujeitará a Licitante vencedora à multa diária de 0,3% (zero virgula três por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado à empresa, considerada a quantidade máxima a ser adquirida. Ultrapassando 05 (cinco) dias, o atraso dará causa à aplicação de multa





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado à empresa, conforme exposto acima, podendo, a critério da Administração, configurar recusa.

12.1.1 As multas estabelecidas acima não serão aplicadas cumulativamente.

12.2 Caso a Contratada não possa cumprir o prazo estipulado, deverá apresentar justificativa por escrito, encaminhando a solicitação da prorrogação à SETRA/SEAPS, antes do vencimento do prazo, ficando a critério da Administração a sua aceitação, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

12.3 As multas devidas pela contratada deverão ser recolhidas através de GRU, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação oficial, sob pena de cobrança judicial.

12.4 Qualquer irregularidade de caráter comercial ou técnico será registrada no SICAF.

12.5 A aplicação de quaisquer penalidades previstas nesta contratação será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

12.6 A aplicação de multas não impede que a Justiça Federal da Bahia aplique à Contratada as demais sanções previstas nas Leis n. 8.666/1993 ou n. 10.520/2002 ou, ainda, no Decreto n. 5.450/2005, conforme o caso.

13 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. Será, então, feito um juízo de admissibilidade pelo pregoeiro.

13.2 Se a manifestação de recurso for meramente protelatória ou imotivada, ela será imediatamente rejeitada. Caso contrário, será concedido ao licitante o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso. As demais licitantes ficarão, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1 Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e os fundamentos que amparam a modificação pretendida.

14 – OBRIGAÇÃO DOS LICITANTES





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

14.1 Ocorrendo impedimento superveniente para a habilitação, o licitante deve declará-lo, sob pena de incorrer na sanção prevista no art. 87, III, da Lei nº 8666/93.

15 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

15.2 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.3 Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, na Seção de Procedimentos Licitatórios (SEPROL), no horário das 12:00 às 18:00 horas, ou pelo telefax 71 3617 9269, e e-mail: pregoesifba@trf1.jus.br

16 – DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia, em Salvador/Ba, para dirimir qualquer dúvida oriunda desta licitação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Salvador, 10 de agosto de 2016

Soloney Lopes Valois
Pregoeiro da Justiça Federal da Bahia





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO I
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº. 7.892/2013, IN nº. 02/2010–MPOG, suas alterações e Processo Administrativo n. 0005410-59.2016.4.01.8004-JFBA (Pregão Eletrônico n. 25/2016) e nas seguintes cláusulas:

CONTRATANTE: União Federal, através da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, CNPJ/MF nº. 05.442.957/0001-01 e sede na Av. Ulysses Guimarães, n. 2799, CAB, Salvador-BA, neste ato representada pelo **MM. Juiz Federal Diretor do Foro**, Dr. _____, brasileiro, CPF nº. _____ e RG nº. _____ (SSP/BA), residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA: _____, CNPJ n. _____, sito à _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, CPF n. _____ e RG n. _____ (SSP/____).

1. DOS ITENS REGISTRADOS

Item*	Especificação do material	Marca	Quant. Máxima	Preço Unitário (R\$)

*Item do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico n.

OBSERVAÇÃO:

Os materiais deverão ser entregues embalados, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência e prazo de validade, de acordo com a legislação em vigor. Todos os materiais devem apresentar prazo de validade de, no mínimo, um (01) ano, a contar da data de entrega do produto.

2. DO OBJETO

2.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de, de acordo com a necessidade e solicitação da Seção de, desta Seção Judiciária, sendo que a especificação completa dos itens registrados consta do Anexo II do edital do Pregão Eletrônico n.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

3.1 As despesas com a execução deste Registro de Preços serão atendidas com recursos consignados no Programa de Trabalho “Julgamento de Causas da Justiça Federal”, ND, Fonte: Tesouro Nacional.

4. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

4.1 A Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia fará as aquisições mediante a emissão da Solicitação de Fornecimento de Materiais e Nota de Empenho específica, emitida de acordo com os materiais e quantidades constantes na referida Solicitação.

- a. A Solicitação de Fornecimento será enviada para a fornecedora, que deverá acusar recebimento no prazo de 01 (um) dia útil;
- b. As quantidades e o prazo de entrega dos objetos que vierem a ser adquiridos serão definidos na respectiva Solicitação de Fornecimento, sendo os prazos mínimo e máximo de entrega de, respectivamente, 30 e 60 dias consecutivos.

5. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.1 A entrega dos produtos deverá ser efetuada na Seção Judiciária da Bahia e respectivas Subseções, conforme quantitativos e localidades descritas no Anexo II – Termo de Referência.

5.2 Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

5.2.1 Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no edital de licitação;

5.2.2 Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade.

5.3 A empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação por parte da Administração, para retirada da Nota de Empenho.

5.3.1 A comunicação a que alude o item anterior poderá ser feita via fac-símile, correspondência ou correio eletrônico.

5.4 A Contratada deverá providenciar a substituição dos produtos que apresentem defeitos no prazo de 10 dias úteis para os bens entregues em Salvador e 20 dias úteis para os bens entregues no interior, contados do 1º dia útil subsequente da comunicação feita pela Seção de Patrimônio, por ofício ou e-mail, sem quaisquer ônus. **A Contratada só será beneficiada deste prazo caso cumpra rigorosamente o prazo de entrega determinado na Solicitação de Fornecimento.**





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

6. DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1 A JUSTIÇA FEDERAL pagará à CONTRATADA o valor unitário constante da cláusula “1 – DOS ITENS REGISTRADOS” deste instrumento, multiplicado pela quantidade solicitada por item.

6.2 O pagamento de cada parcela do objeto, constante da Solicitação de Fornecimento, entregue e recebido em definitivo pela Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária da Bahia, será efetuado através de ordem bancária, cujo valor será creditado em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da Nota Fiscal, que ocorrerá no prazo máximo de 02 (dois) dias da data do protocolo do documento no setor competente, ressaltando-se os possíveis atrasos no repasse de recursos pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. **A empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e com a documentação obrigatória em plena validade.**

6.3 Havendo atraso no pagamento por culpa da Contratante, a Justiça Federal – Seção Judiciária da Bahia se obriga a pagar juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota Fiscal, desde o dia subsequente ao vencimento do prazo até o dia do efetivo pagamento, exceto na hipótese de glosa na fatura para posterior apuração de falta.

6.4 Havendo erro no documento fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para esta Justiça Federal, inclusive moratório. Nesse caso, o prazo a que se refere o subitem 6.2 passará a fluir somente após sanada a irregularidade.

6.5 O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará:

- a) o objeto da prestação do fornecimento e o número do processo que deu origem à contratação;
- b) dados bancários: nome do banco, agência e número da conta-corrente;
- c) nº do CNPJ do licitante/contratada idêntico ao apresentado na proposta comercial e, conseqüentemente, lançado na Nota de Empenho e na presente Ata.

6.6 Juntamente com a nota fiscal/fatura, a Contratada optante do SIMPLES NACIONAL deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012, sob pena de ficar sujeito ao regime normal de tributação. Este subitem só diz respeito às empresas que não explorem





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

as atividades constantes do art. 17 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo as exceções previstas no § 1º do referido artigo.

6.7 No início ou no curso da Ata/Contrato, se a Contratada incorrer em qualquer das situações de vedação previstas no art. 30, II, III ou IV, da Lei Complementar n. 123/2006, não poderá continuar se valendo dos benefícios do regime tributário diferenciado, neste caso, deverá comunicar a sua exclusão à Secretaria da Receita Federal no prazo estabelecido no § 1º do referido artigo.

6.7.1 Ocorrendo a hipótese prevista no item acima, a Contratada deverá entregar à Justiça Federal cópia (com identificação de recebimento) da comunicação enviada à Secretaria da Receita Federal, no prazo de 5 (cinco) dias da data da referida entrega.

6.7.2 Ultrapassados os prazos previstos no art. 30, § 1º, da Lei Complementar n. 123/2006, sem que a Contratada comunique à Secretaria da Receita Federal a sua exclusão, a Justiça Federal oficializará o fisco a respeito da mencionada omissão.

6.8 A Nota de Empenho será emitida quando da solicitação de fornecimento dos materiais de acordo com a especificação e as quantidades solicitadas.

6.9 No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF e ao site do TST, para conferência da validade das seguintes certidões: regularidade do FGTS, negativa de débitos com o INSS, negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e negativa de débitos trabalhistas. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados via internet, os respectivos sites dos órgãos emitentes das certidões supracitadas. Constatada a situação irregular da contratada junto ao SICAF, esta será notificada, por escrito, para providenciar a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual/cancelamento da Ata. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

6.10 A CONTRATANTE poderá deduzir dos haveres da CONTRATADA valores correspondentes a restituições ao erário ou indenizações, por esta devidas.

7. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços poderão ser revisados, na forma do art. 17 do Decreto n. 7.892/2013.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA compromete-se a:





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

- a) entregar os materiais, objeto desta licitação, novos, sem defeitos e sinais de uso, sob pena de não serem aceitos pela Justiça Federal da Bahia;
- b) cumprir o prazo de entrega e quantidades constantes da Solicitação de Fornecimento;
- c) efetuar, durante o prazo de garantia, sem custos adicionais, a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeçam a sua regular utilização, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da comunicação;
- d) manter, durante o período do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à JUSTIÇA FEDERAL, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da Ata de Registro de Preços referente a este certame; e
- e) demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II).

9. DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

9.1 A JUSTIÇA FEDERAL proporcionará à CONTRATADA todas as facilidades à boa execução do objeto desta Ata, e designará um representante seu para acompanhar o fornecimento dos materiais designados e registrados, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas vinculadas ao processo.

9.2 A JUSTIÇA FEDERAL efetuará os pagamentos devidos em função da presente Ata.

9.3 Demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II).

10. DA VIGÊNCIA

10.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses, com início no dia e término previsto para o dia, não sendo admitida prorrogação.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A JUSTIÇA FEDERAL poderá cancelar o Registro de Preços dos respectivos itens, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e nesta Ata, nos casos estabelecidos no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

11.2 A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do Registro de Preços, por escrito, devendo, para tanto, comprovar impossibilidade de atendimento das solicitações, objeto desta Ata, decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devendo manter o regular fornecimento do objeto até a decisão final da JUSTIÇA FEDERAL.





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

12. DAS PENALIDADES

12.1 Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial da ata, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções, a critério da Administração:

12.1.1 Advertência;

12.1.2 Multa de acordo com os percentuais:

12.1.2.1 No caso de multa moratória:

- a) **Havendo atrasos no cumprimento das obrigações a multa será de 0,3%** (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 6%, sobre o valor dos itens entregues com atraso. Ultrapassando 20 (vinte) dias, o atraso dará causa à aplicação da multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor dos itens entregues com atraso.

As multas estabelecidas na alínea “a” não serão aplicadas cumulativamente.

Caso a Contratante entenda que a mora superior a 20 dias configura recusa ao cumprimento do contrato (inexecução parcial ou total), rescindir o instrumento contratual e neste caso dará causa a aplicação dos percentuais cominados nos itens 12.1.2.2.a, 12.1.2.2.b ou 12.1.2.2.c.

12.1.2.2 No caso de multa compensatória:

- a) **15% sobre o valor dos itens não entregues, em caso de inexecução parcial da referida contratação (NE).**
b) **20% sobre o valor dos itens não entregues, em caso de inexecução total da referida contratação (NE).**
c) **10% sobre o valor total do objeto adjudicado à empresa, considerada a quantidade máxima a ser contratada, em caso de inexecução total da ATA.**

As multas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” não serão aplicadas cumulativamente.

12.2 Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, encaminhando a solicitação da prorrogação ao executor do contrato, antes do vencimento do prazo, ficando a critério da Administração a sua aceitação, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

12.3 As multas devidas pela contratada **serão deduzidas de pleno direito dos valores devidos pela contratante ou descontadas da garantia, se for o caso.** Caso a contratada não tenha crédito a receber, ou se este for inferior ao valor da multa, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento do valor correspondente à diferença através da GRU, sob pena de cobrança judicial.

12.4 Qualquer irregularidade de caráter comercial ou técnico será registrada no SICAF.

12.5 A aplicação de quaisquer penalidades previstas nesta Ata será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

12.6 A aplicação de multas não impede que a Justiça Federal da Bahia aplique à Contratada as demais sanções previstas nas Leis n. 8.666/1993 ou n. 10.520/2002 ou, ainda, no Decreto n. 5.450/2005, conforme o caso.

12.7 O descumprimento dos prazos de garantia, ensejará multa a ser calculada da seguinte forma:

$$\text{MULTA} = \text{PI} \times \text{QA} \times 10\%$$

Onde: PI = Preço Unitário do Item

QA = Quantidade Adquirida de itens que não tiveram atendimento tempestivo ao chamado técnico da assistência.

12.8 A CONTRATADA poderá sofrer suspensão temporária sempre que incorrer em alguma das hipóteses abaixo arroladas (além das previstas nos dispositivos legais acima mencionados):

a) tornar a incidir na prática de atos cominados na Ata de Registro de Preços, sob pena de multa;

b) no caso de inadimplemento total, imotivado, dos compromissos assumidos na Ata, nos termos do art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Não constitui obrigação da JUSTIÇA FEDERAL a aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

13.2 Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor, detentor da Ata, serão divulgados no portal da Internet www.comprasnet.gov.br.





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

13.3 A presente Ata e os eventuais termos dela decorrentes serão publicados no portal www.jfba.jus.br.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado da Bahia, em Salvador-BA, para dirimir questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

Anexo II
Termo de Referência.

REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição dos bens relacionados
abaixo:

Lote 01

	Descrição	Quantidade	Código SIASG	Valor unit. estimado
Item 01	<p>MESA PARA SERVIDOR, TIPO “L” (ERGONÔMICA), seguindo o padrão desta Seccional;</p> <p>TAMPO: Tampo único em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestido em melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com borda frontal arredondada com perfil PVC 180°. Deverá ter três furos ou passa fios com 60 mm de diâmetro, com fita ou perfil de poliuretano na tonalidade do melamínico, com tampa removível bolacha em PVC, sendo um no encontro dos lados e os outros dois nos extremos opostos;</p> <p>PAINÉIS FRONTAIS: Em MDP com espessura de 20 mm e altura de 350 mm (medidas aproximadas), revestido em melamínico de baixa pressão em ambas as faces;</p> <p>LATERAIS: Em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestida em melamínico de baixa pressão em ambas as faces; os painéis frontais e as laterais devem servir de base (apoio) do tampo; As bordas devem ser revestidas com PVC na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;</p> <p>ESTRUTURA: Um pé central externo de tubo de aço vazado, pintado em epóxi pó preto fosco, com sapata regulável e dotado de passagens para fiação que pode ser introduzida por baixo ou pelas laterais; estrutura metálica de aço, para passagem</p>	<p>210 unidades</p> <p>Salvador: 30 Alagoinhas: 10 Barreiras: 10 C. Formoso: 10 Ilhéus: 10 Itabuna: 20 Irecê: 10 Eunápolis: 10 Juazeiro: 10 Feira de Santana: 20 P. Afonso: 10 Guanambi: 10 Vitória da Conquista: 20 Teixeira de Freitas: 10 Bom Jesus da Lapa: 10 Jequié: 10</p>	<p>BR0150056</p> <p>Incluindo suas especificações no campo “descrição detalhada” do SÍDEC.</p> <p>Figura ilustrativa:</p>	<p>R\$ 1.173,02</p>





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

	<p>de fios, em forma de grade ou placa, pintada em epóxi preto, sob o lado externo de toda a extremidade da mesa, acompanhando seu formato em L, medindo aproximadamente 200 mm de profundidade por 50 mm de altura (medidas aproximadas); quatro sapatas reguláveis pretas nas laterais da mesa, pregadas em encaixes de plástico, também pretos.</p> <p>DIMENSÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento do tampo: 1400 mm x 1600 mm; - Profundidade do tampo: 700 mm; - Altura da mesa: 740 ± 5 mm; <p>COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional.</p> <p>OBSERVAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR 13966/2008. 			
Item 02	<p>MESA PARA JUIZ, TIPO “L” (ERGONÔMICA), seguindo o padrão desta Seccional.</p> <p>TAMPO: Tampo único em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com borda frontal arredondada com perfil PVC 180°. Deverá ter três furos ou passa fios com 60 mm de diâmetro, com fita ou perfil de poliuretano na tonalidade do melamínico, com tampa removível bolacha em PVC, sendo um no encontro dos lados e os outros dois nos extremos opostos;</p> <p>PAINÉIS FRONTAIS: Em MDP com espessura de 20 mm e altura de 350 mm (medidas aproximadas), revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces;</p> <p>LATERAIS: Em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestida em laminado melamínico de baixa pressão em</p>	<p>23unidades</p> <p>Salvador: 5 Alagoinhas: 1 Barreiras: 1 Campo Formoso: 1 Ilhéus: 1 Itabuna: 2 Irecê: 1 Eunápolis: 1 Juazeiro: 1 Feira de Santana: 2 P. Afonso: 1 Guanambi: 1 Vitória da Conquista: 2 Teixeira de Freitas: 1</p>	<p>BR0150056</p> <p>Incluindo suas especificações no campo “descrição detalhada” do SIDEC.</p> <p>Figura ilustrativa:</p>	<p>R\$ 1.272,74</p>





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

	<p>ambas as faces; os painéis frontais e as laterais devem servir de base (apoio) do tampo; as bordas devem ser revestidas com PVC na mesma cor do tampo, com espessura mínima de 2 mm;</p> <p>ESTRUTURA: Um pé central externo de tubo de aço vazado, pintado em epóxi pó preto fosco, com sapata regulável e dotado de passagens para fiação que pode ser introduzida por baixo ou pelas laterais;</p> <p>Estrutura metálica de aço, para passagem de fios, em forma de grade ou placa, pintada em epóxi preto, sob o lado externo de toda a extremidade da mesa, acompanhando seu formato em L, medindo aproximadamente 200 mm de profundidade por 50 mm de altura (medidas aproximadas); quatro sapatas reguláveis pretas nas laterais da mesa, pregadas em encaixes de plástico, também pretos.</p> <p>DIMENSÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">- Comprimento do tampo: 1600 mm x 1600 mm;- Profundidade do tampo: 700 mm;- Altura da mesa: 740 ± 5 mm; <p>COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional.</p> <p>OBSERVAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR 13966/2008.	Bom Jesus da Lapa: 1 Jequié: 1		
Item 03	<p><u>GAVETEIRO VOLANTE</u></p> <p>Em MDP ou MDF, revestida em laminado melamínico de baixa pressão, seguindo o padrão desta Seccional;</p> <p>ESTRUTURA: Bordas em PVC na mesma cor do melamínico; três gavetas de tamanhos iguais, com altura interna (espaço para armazenar documentos e objetos; espaço livre) de 12 cm (aproximadamente), encaixadas em sistemas de trilho</p>	<p>245 unidades</p> <p>Salvador: 47 Alagoinhas: 11 Barreiras: 11 C. Formoso: 11 Ilhéus: 11</p>	BR0070173 Incluindo suas especificações no campo “descrição detalhada” do SIDEC. Figura ilustrativa:	R\$ 661,56





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

	<p>(corrediças em aço, roldanas em nylon e eixos em aço), que permita um fácil e suave deslizamento; um estojo de plástico para materiais de escritório; puxadores plásticos, centralizados, em forma de meia lua, medindo 55 mm de furo a furo; uma fechadura com duas chaves, com capacidade de fechar todas as gavetas simultaneamente; 4 roldanas duplas de nylon reforçado, em polipropileno, de 5 cm, com travas nas dianteiras.</p> <p><u>DIMENSÕES, aproximadas.</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Comprimento: 410 mm;- Profundidade: 470 mm;- Altura: 570 mm;- Espessura do tampo: 25 mm;- Espessura das demais estruturas: 20 mm. <p>COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional.</p>	Itabuna: 22 Irecê: 11 Eunápolis: 11 Juazeiro: 11 Feira de Santana: 22 P. Afonso: 11 Guanambi: 11 Vitória da Conquista: 22 Teixeira de Freitas: 11 Bom Jesus da Lapa: 11 Jequié: 11		
Item 04	<p><u>MESA DE REUNIÃO REDONDA</u></p> <p><u>TAMPO:</u> Em MDP, revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com borda arredondada com perfil PVC 180º, com espessura de 2 mm na mesma cor do tampo, seguindo o padrão desta Seccional;</p> <p><u>ESTRUTURA:</u> Estrutura central em aço galvanizado tubular, de 04” (101,60 mm) de diâmetro em chapa #16 (1,50 mm) de espessura; base fixada ao tampo através de parafusos auto-atarrachantes tipo Phillips cabeça chata; sapatas niveladoras em forma hexagonal. A estrutura central e sapatas devem receber pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. A pintura deverá ser epóxi-po, aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa.</p>	<p>20 unidades</p> <p>Salvador: 5 Alagoinhas: 1 Barreiras: 1 C. Formoso: 1 Ilhéus: 1 Itabuna: 1 Irecê: 1 Eunápolis: 1 Juazeiro: 1 Feira: 1 P. Afonso: 1 Guanambi: 1 Vitória: 1 Teixeira: 1 Bom Jesus da Lapa: 1 Jequié: 1</p>	BR0150164 Incluindo suas especificações no campo “descrição detalhada” do SIDEC. Figura ilustrativa:	R\$ 572,67





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

	<p><u>DIMENSÕES (aproximadas):</u> Tampo principal - Diâmetro: 120 mm. - Altura: 740 mm.</p> <p>COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional.</p> <p>OBSERVAÇÃO: - (A FOTO NÃO RETRATA EXATAMENTE O BEM SOLICITADO. A SAPATA DEVERÁ SER HEXAGONAL); - Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR 13966/2008.</p>			
Item 05	<p><u>MESA DE APOIO</u></p> <p><u>TAMPO (ÚNICO):</u> Em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com borda frontal arredondada com perfil PVC 180º ou o próprio melamínico do tampo, na mesma cor do tampo, seguindo o padrão desta Seccional;</p> <p><u>ESTRUTURA:</u> Em aço pintado em epóxi preto; quatro sapatas pretas reguláveis;</p> <p><u>PAINEL:</u> Na parte da frente da mesa, Em MDP com espessura de 18 mm (medida aproximada), revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces.</p> <p><u>DIMENSÕES (aproximadas):</u> Comprimento do tampo: 800 mm; Profundidade do tampo: 700 mm; Altura da mesa: 740 ± 5 mm;</p> <p>COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional.</p> <p>OBSERVAÇÃO: - Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR</p>	<p>200 unidades</p> <p>Salvador: 20 Alagoinhas: 10 Barreiras: 10 C. Formoso: 10 Ilhéus: 10 Itabuna: 20 Irecê: 10 Eunápolis: 10 Juazeiro: 10 Feira: 20 P. Afonso: 10 Guanambi: 10 Vitória da Conquista: 20 Teixeira de Freitas: 10 Bom Jesus da Lapa: 10</p>	<p>BR0150051</p> <p>Incluindo as especificações no campo “descrição detalhada” do SÍDEC</p> <p>Figura ilustrativa:</p>	<p>R\$ 541,11</p>





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

	13966/2008.	Jequié: 10		
Item 06	<u>MESA PARA TELEFONE</u> TAMPO (ÚNICO): Em MDP com espessura de 25 mm (medida aproximada), revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com borda frontal arredondada com perfil PVC 180º ou o próprio melamínico do tampo, na mesma cor do tampo, seguindo o padrão desta Seccional; ESTRUTURA: Uma prateleira removível, laterais e fundo (fechado) em MDP revestido em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces e 4 roldanas duplas de nylon reforçado, em polipropileno, de 5 cm, com travas nas dianteiras. DIMENSÕES (aproximadas): Comprimento do tampo: 450 mm; Profundidade do tampo: 400 mm; Altura da mesa: 600 ± 5 mm; COR: cor cinza claro (CRISTAL), seguindo o padrão desta Seccional. OBSERVAÇÃO: Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR 13966/2008.	200 unidades Salvador: 20 Alagoinhas: 10 Barreiras: 10 C. Formoso: 10 Ilhéus: 10 Itabuna: 20 Irecê: 10 Eunápolis: 10 Juazeiro: 10 Feira de Santana: 20 P. Afonso: 10 Guanambi: 10 Vitória da Conquista: 20 Teixeira de Freitas: 10 Bom Jesus da Lapa: 10 Jequié: 10	BR0065013 Incluindo as especificações no campo “descrição detalhada” do SÍDEC Figura ilustrativa:	R\$ 339,52

Observações:

1. Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica e Certificado de Conformidade do Móvel com a **NBR-13966/2008** (mesas em “L”) e 13966/2008 (demais mesas, exceto o gaveteiro), por laboratório de controle de qualidade credenciado pelo INMETRO ou pela própria ABNT. Os laudos técnicos/relatórios de ensaio devem conter as referências (marca e modelo) ou códigos do produto cotado, o qual deverá constar, também, na proposta e catálogo da empresa. A identificação clara e inequívoca do bem ensaiado é condição essencial para validação do laudo;
2. As licitantes devem apresentar catálogo dos produtos ofertados, os quais deverão conter as referências dos produtos, próximo à foto;





**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA**

3. Os fornecedores deverão apresentar à SEPAT catálogo de cores do laminado de melamínico para escolha da tonalidade, a fim de manter-se o padrão adotado nesta Seccional;
4. Os licitantes classificados em primeiro devem apresentar documento que comprove o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado de Certificado de Regularidade válido. A consulta do certificado também pode ser feita pelo site http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php. Observar que quem comprova é fabricante do produto;
5. Os licitantes devem apresentar em documento a parte, devidamente assinado por responsável, o nome, CNPJ, telefone e endereço da empresa que prestará a assistência técnica AUTORIZADA DO FABRICANTE no local da entrega do bem (Salvador e interior), durante o prazo de garantia, ou seja, deverá constar no documento a informação de que a assistência técnica será prestada no interior e Salvador e o nome das empresas que realizarão os serviços. Caso ela seja a própria responsável pela assistência, deve declarar-se como tal;
6. Prazo de garantia fornecido pelo fabricante contra quaisquer defeitos de fabricação e montagem/instalação, a partir do recebimento definitivo;
7. Efetuar, durante o prazo de garantia a substituição ou manutenção dos bens que apresentem defeitos de fabricação ou outros de qualquer natureza que impeça a sua regular utilização, sem custos adicionais, no prazo de 10 dias úteis para os bens entregues em Salvador e 20 dias úteis para os bens entregues no interior, contados do 1º dia útil subsequente da comunicação feita pela Seção de Patrimônio, por ofício ou e-mail;
8. Os móveis deverão ser fornecidos para Salvador e nas Subseções Judiciárias do interior do Estado: Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Jequié, Barreiras, Campo Formoso, Feira de Santana, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Guanambi, Eunápolis, Irecê, Alagoinhas, Teixeira de Freitas e Bom Jesus da Lapa;
9. Prazo mínimo e máximo para entrega dos bens de 30 e 60 dias consecutivos, respectivamente, contados do recebimento da nota de empenho;
10. Os bens devem ser entregues devidamente embaladas de forma a não serem danificadas durante a operação de transporte, carga e descarga;
11. Sugerimos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços, eis que atrasaria o andamento da licitação, pois, antes da abertura do certame, teria que consultar outros órgãos sobre o interesse em aderir à ata, consolidar dados em um único documento e, em seguida, encaminhar para cotação. Além do mais, o órgão integrante da ata poderia ter algum problema com a empresa fornecedora, com risco de cancelamento da ata, prejudicando esta Administração.





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBS.: A Administração estabelece a quantidade mínima de 50% a ser cotada por item, de acordo com o Decreto n. 7.892/2013 (art. 9º, IV).

1. RAZÃO SOCIAL:	2. Nº C.N.P.J.
3. ENDEREÇO:	
4. TELEFONE, FAX e E-MAIL:	
5. DADOS BANCÁRIOS:	
BANCO:	
AGÊNCIA:	
CONTA CORRENTE:	

ITEM		ESPECIFICAÇÃO		
UNID	QTD MÁXIMA	QTD COTADA	MARCA/FABRICANT E	VALOR UNITÁRIO R\$
PREÇO TOTAL POR EXTENSO				

Prazo de Validade da Proposta: (mínimo de 60 dias)

DADOS DO REPRESENTANTE	
Nome	
Endereço	
R.G.	
C.P.F.	





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO IV

Modelo constante do Anexo IV da IN da SRF n.1.234, de 11/01/2012 (a ser utilizado pela licitante vencedora que seja optante do SIMPLES NACIONAL, desde que não se enquadre nas vedações do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006).

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simplex Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável





PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO V

À
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2016
DATA:

DECLARAÇÃO

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. XXXX , situada à (rua/Av)XXXXXXXX, n.XXX – Bairro(xxxx), CEP: XXX, telefone (XXX) XXX-XXXX e fax: (XX) XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXX@XXXXXXXX.com.br, na Cidade de XXXX, estado XXXXX, através de seu representante legal o Sr. XXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº. XXXXX SSP/XX e de CPF: XXX.XXX.XXX-XX, **DECLARA** sob as penas da lei, que não se encontra em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação.

(Cidade),/(estado), XX de XX de 2016.

XXXXXXX
RG: XXX SSP/XX - CPF: XXX.XXX.XXX-XX
PROCURADOR



FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 87837021991**LIMPAR****Data da consulta:** 28/04/2020 18:25:40**Data da última atualização:** 28/04/2020 12:00:05

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 75395665000140**LIMPAR****Data da consulta:** 28/04/2020 18:25:40**Data da última atualização:** 28/04/2020 12:00:05

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/04/2020 às 18:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 878.370.219-91.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EA8.9FE8.CD04.1288 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/04/2020 às 18:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 75.395.665/0001-40.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EA8.9F85.E8EA.6189 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php